

CELÇO CABRAL MACHADO

**DETERMINANTES DO CUMPRIMENTO DA
DIVULGAÇÃO DA IFRS 3- COMBINAÇÕES DE
NEGÓCIOS
O CASO DA ÁFRICA DO SUL**

Orientador: Professor Doutor Emanuel Gamelas

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

Lisboa

2020

CELÇO CABRAL MACHADO

**DETERMINANTES DO CUMPRIMENTO DA
DIVULGAÇÃO DA IFRS 3- COMBINAÇÕES DE
NEGÓCIOS**

O CASO DA ÁFRICA DO SUL

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 17 de Junho de 2020, nomeado pelo despacho n.º 164/2020 de 08 de Junho de 2020, com a seguinte composição de júri:

Presidente: Prof. Doutor Eduardo Moraes Sarmiento

Arguente: Prof. Doutor Carlos Rouco

Orientador: Professor Doutor Emanuel Freire Torres Gamelas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2020

Epígrafe

``Uma boa cabeça e um bom coração formam sempre uma **combinação** formidável!``

Nelson Mandela

``Eu nunca perco. Ou eu ganho, ou aprendo!``

Nelson Mandela

"Melhorar o que está bem e corrigir o que está mal"

João Manuel Gonçalves Lourenço

Dedicatória

Dedico este trabalho a toda a família, com especial ênfase ao Marcos Wanderley Aleixo Machado (In memória).

Agradecimentos

Ao terminar este estudo não posso deixar de agradecer a todos, que de forma direta ou indireta apoiaram e contribuíram para a sua concretização.

Em primeiro lugar expresso, os meus agradecimentos a Deus Pai Todo-Poderoso, pela vida!

Em seguida, agradeço o Professor Doutor Emanuel Gamelas pelas sugestões, auxílio e a disponibilidade apresentada numa altura muito delicada da dissertação. Cabe-me também estender os meus agradecimentos a Professora Doutora Inna Choban Paiva e Professora Msc Sónia Fernandes pela clareza, rigor, conhecimento transmitido e o esclarecimento de todas as dúvidas que surgiram durante o desenvolvimento do estudo.

Aos meus pais António Cabral Machado e Ana Maria Machado, aos meus irmãos Sandro, Adilson, António (Toy), Aurora (Lola), Marcos (In Memoria) e Ermelindo (Mindo), tios, primos, sobrinhos pelo apoio incondicional ao longo da minha vida e desta caminhada.

Ainda a minha sincera gratidão para o coletivo de docentes e funcionários do Mestrado de Contabilidade e Fiscalidade, da ULHT.

Também expresso os meus profundos agradecimentos a Direção do Instituto Médio de Administração e Gestão – Namibe (IMAGN), na pessoa de sua Excelência o Professor Doutor Alfredo Capitango de Lúcio.

Enfim, agradeço a todos que durante estes longos anos contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho chegasse ao fim.

Infelizmente, por economia de espaço não me foi possível citar a todos que contribuíram para a realização deste projeto... não vos esqueci... os meus sinceros agradecimentos...

Muito obrigado a todos!

“Nga sakidila Tata Nzambi”

Resumo

Nosso estudo visa identificar os determinantes do cumprimento de divulgação obrigatória da IFRS 3- Combinações de Negócios, pelas empresas cotadas na bolsa de valores da África do Sul.

Para a análise do estudo empírico foram observadas, as empresas não financeiras cotadas na bolsa de valores da África do Sul, nos anos de 2012 a 2015.

A metodologia para se proceder com a investigação, foi considerada uma metodologia de natureza quantitativa, com a construção de um índice de divulgação com itens baseados nos parágrafos da IFRS 3- Combinações de Negócios, informações extraídas dos relatórios de contas das empresas do estudo e da base de dados Thomson, para formulação do modelo de regressão, para relacionar o índice com as variáveis independentes do estudo (auditor, dimensão, endividamento, goodwill, internacionalização, market-to-book e rentabilidade).

Os resultados deste estudo indicam que a dimensão é uma característica que determina o nível de divulgação obrigatória da norma IFRS 3- Combinações de Negócios das empresas cotadas na bolsa de valores da África do Sul, visto que as empresas com maior dimensão são mais propensas em divulgar as informações.

Palavras-chaves: África do Sul, Combinações de Negócios, Dimensão, Divulgação Obrigatória e Determinantes de Divulgação, IFRS 3.

Abstract

Our study aims to identify the determinants of compliance with the mandatory disclosure of IFRS 3 Business Combinations by companies listed on the South African stock exchange.

For the analysis of the empirical study were observed the non-financial companies listed on the South African stock exchange between 2012 to 2015.

The methodology for conducting the research was considered as a quantitative methodology, with the construction of a disclosure index based on paragraphs of IFRS 3-Business Combinations, information extracted from the companies' study and the Thomson database for regression model formulation to relate the index to the study's independent variables (auditor, size, indebtedness, goodwill, internationalization, market-to-book and profitability).

The results of this study indicate that size is a characteristic that determines the level of mandatory disclosure of IFRS 3 - Business Combinations of companies listed on the South African stock exchange, as larger companies are more likely to disclose the information.

Keywords: Business Combinations, IFRS 3, Required Disclosure and Disclosure Determinants, Size, South Africa.

Abreviaturas

A GAAP- Australian Generally Accepted Accounting Principles

AIMR-FAF-Association for Investment Management Research-Financial Analysts
Federation

APB- Accounting Practices Board

BR GAAP- Brazil Generally Accepted Accounting Principles

BRICs- Brasil, Rússia, Índia, China

CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábilístico

FAS- Financial Accounting Standard

FASB- Financial Accounting Standards Board

FMI- Fundo Monetário Internacional

FRSC- Financial Reporting Standards Committee

FTSE 100- Financial Times Stock Exchange 100

GAAP- Generally Accepted Accounting Principles

IASB-International Accounting Standards Board

IASC- International Accounting Standards Committee

IAS-International Accounting Standard

IFAC- International Federation of Accountants

IFRIC- International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS- International Financial Reporting Standards

JSE- Johannesburg Stock Exchange

Nyse - New York Stock Exchange

OMC- Organização Mundial do Comércio

SA GAAP- South Africa Generally Accepted Accounting Principles

SADC- Southern African Development Community

SAICA- South African Institute of Chartered Accountants

SIC- Standard Interpretations Committee

Swedish GAAP- Swedish Generally Accepted Accounting Principles

UA- União Africana

UE- União Europeia

UK GAAP- United Kingdom Generally Accepted Accounting Principles

US GAAP-United States Generally Accepted Accounting Principles

ZSE- Zimbabwe Stock Exchange

ÍNDICE

Epígrafe	3
Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Abreviaturas	8
Índice de Tabelas.....	12
Índice de equações	13
Introdução.....	14
1. Revisão de Literatura.....	17
1.1 Importância das normas internacionais, em sequência do processo de harmonização.	17
1.2 Enquadramento do normativo. IFRS 3 - Combinações de Negócios.....	32
1.2.1 Conceito	33
1.2.2 Âmbito.....	34
1.2.3 Reconhecimento	34
1.2.4 Mensuração	34
1.2.5 Informações a divulgar.....	36
1.3 A importância da IFRS - 3 para Combinações de Negócios.....	36
1.4 Harmonização contabilística na África do Sul	42
2 Metodologia	45
2.1 Amostra.....	45
2.2 Recolha dos Dados	46
2.3 Variáveis	46
2.3.1 Variável dependente.....	46
2.4 Variáveis Independentes	48
2.4.1 Empresa de auditoria.....	48
2.4.2 Endividamento	49
2.4.3 Goodwill.....	49
2.4.4 Internacionalização.....	50
2.4.5 Market- to- book.....	50

2.4.6 Rentabilidade.....	51
2.4.7 Dimensão.....	51
2.5 Modelo	51
3 Apresentação e análise dos resultados.....	53
3.1 Análise descritiva	53
3.2 Análise de correlação entre as variáveis.....	54
3.3 Regressão	55
Conclusões limitações e investigações futuras	58
Conclusões.....	58
Limitações do estudo.....	60
Investigações futuras.....	61
Referências Bibliográficas	62
Apêndice.....	I

Índice de Tabelas

Tabela 1- Síntese da revisão dos estudos empíricos sobre adoção das normas IAS/IFRS em vários países	29
Tabela 2- Síntese da revisão dos estudos empíricos sobre adoção das normas IAS/IFRS em um país	31
Tabela 3- Síntese dos estudos empíricos sobre a divulgação da IFRS 3- Combinações de Negócios.....	40
Tabela 4-Amostra.....	45
Tabela 5- Síntese dos itens previstos na IFRS 3 para construção do índice de divulgação dos requisitos da IFRS 3.....	47
Tabela 6- Análise descritiva dos dados	53
Tabela 7- Matriz de correlação.....	54
Tabela 8- Resultados do modelo de regressão sem a variável dummy	55
Tabela 9- Resultados do modelo de regressão com a variável dummy.....	56

Índice de equações

Equação 1 - Índice de divulgação	48
Equação 2 -Modelos de regressão	52

Introdução

A dinâmica do mercado económico e o processo de globalização das economias, fenómenos que tem provocado grandes transformações nas economias dos países, estimulando a aceleração do processo de internacionalização das empresas, ou seja, levam as empresas a procura e captação de fundos junto de investidores diversificados, com a influência dos mercados de capitais.

Esses fenómenos apesar de proporcionar facilidades nas transações económicas ao redor do mundo, também provocou profundas alterações nas normas contabilísticas, impondo desafios no processo de harmonização contabilística. Neste contexto a partir de 2005, conforme o regulamento 1606/2002 da União Europeia (UE), que obriga as empresas cotadas no mercado de capitais a elaborar as contas consolidadas com base nas normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) emanadas pelo IASB.

No âmbito deste processo de convergência as normas contabilísticas internacionais, o South African Institute of Chartered Accountants (SAICA) ¹ publica a circular 7/2004, onde a maioria das empresas cotadas na bolsa de valores de Johannesburgo (JSE) são obrigadas a preparar e apresentar as suas demonstrações financeiras conforme as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) desde 1 de janeiro de 2005, mais aliadas ao SA GAAP.

Verifica-se uma escassez de estudos e/ou artigos referentes à adoção das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS em países em desenvolvimento no mercado africano.

Zehri e Chouaibi (2013), argumentam que a adoção das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), nos países em desenvolvimento está influenciada pelo sistema jurídico-legal, neste contexto países de sistema jurídico-legal common-law apresentam maiores chances de aderir as normas. Já determinantes como cultura, a existência de um mercado de capitais, o sistema político e a internacionalização, não tem um impacto significativo na adoção das normas.

O objetivo do nosso estudo consiste em analisar os determinantes de cumprimento com as divulgações exigidas pela IFRS (International Financial Reporting Standards) 3- Combinações de Negócios, pelas empresas cotadas na África do Sul.

¹ Entidade que regula e normaliza as políticas contabilísticas, na África do Sul

A motivação da escolha do estudo é dar um contributo para, o campo da harmonização contabilística, uma vez que desde 2005 várias mudanças surgiram nas práticas contabilísticas mundial, para garantir maior qualidade, fiabilidade, credibilidade, relevância e comparabilidade na informação contabilística. Também outro motivo que suscitou interesse é o de conhecer os determinantes de divulgação exigida pela IFRS 3 – Combinações de Negócios das empresas cotadas num país de forte investimento, ou seja, um país emergente do continente africano, em especial da região da SADC².

A metodologia adotada para alcançarmos com o objetivo do estudo consistiu na construção do índice de divulgação com itens que se baseiam nos parágrafos da IFRS 3- Combinações de Negócios, informações recolhidas dos relatórios e contas consolidadas das empresas e da base de dados. Posteriormente relacionou-se o índice de divulgação com diversas variáveis explicativas nomeadamente: auditor, dimensão, endividamento, goodwill, internacionalização, market-to-book e rentabilidade.

Utilizando uma amostra de empresas cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo (JES – Johannesburg Stock Exchange) para os exercícios de 2012 a 2015.

Os resultados obtidos indicam que a dimensão é uma característica que influencia o nível de divulgação obrigatória da norma IFRS 3 - Combinações de Negócios das empresas cotadas na bolsa de valores da África do Sul. De facto, e de acordo com Verrecchia (1983) e Dye (1985), as empresas com maior dimensão são mais propensas em divulgar em suas demonstrações financeiras informações, que ajudam aos stakeholders³ em geral, para que reúnam a informação suficiente para eventuais tomadas de decisões futuras.

Esta dissertação contribuirá para o reforço do conhecimento e das discussões sobre a temática do cumprimento com as divulgações exigidas pelos normativos contabilísticos internacionais, neste contexto a IFRS 3 – Combinações de Negócios expondo os determinantes de cumprimento das empresas cotadas na África do Sul. Servirá também para reflexão por parte das empresas, uma vez que os resultados

² SADC(Southern Africa Development Community e em português, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) é um bloco económico e político composto por 15 países da África Austral(Angola, África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seycelhes, Suazilândia, Tanzânia e a Zâmbia, região sul do continente. Foi criada em 17 de Outubro de 1992, sediada na cidade de Gaborone no Botswana, é de grande importância para o desenvolvimento económico na região Austral.

³ O termo stakeholders utilizado nesta investigação corresponde aos intervenientes internos e externos na gestão das empresas.(STAKEHOLDERS)

possibilitaram uma maior compreensão do relato financeiro, o que permitirá perceber até que ponto as empresas tem práticas de divulgação coincidentes com as exigências requeridas da norma e quais os fatores que mais influenciam esse cumprimento.

Por ultimo, espera-se que os resultados do estudo seja importante para os investidores, facilitando-os compreender quais os principais determinantes que influenciam o nível de divulgação da IFRS 3- Combinações de Negócios, para reduzir as incertezas de investimento uma vez que são atraídos por mercados de confiança, e que adotam as normas internacionais de contabilidade, para redução dos custos de processamento da informação.

Esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, sem contar com a introdução e a conclusão.

No primeiro capítulo apresentamos a revisão da literatura, que aborda questões como a importância das normas internacionais em sequência do processo de harmonização, enquadramento teórico da IFRS 3- Combinações de Negócios, importância da norma IFRS 3 para combinações de negócios e harmonização contabilística na África do Sul.

No segundo capítulo, exposição da metodologia da investigação, organizada pelos seguintes subpontos: caracterização da amostra e a recolha dos dados do estudo, a variável dependente bem como as variáveis independentes e o modelo.

O terceiro capítulo servirá para apresentar e discutir os resultados obtidos, de acordo as análises estatísticas descritivas e uma análise ao modelo estatístico obtido.

Por fim, apresentam-se as conclusões, limitações do presente estudo e propostas para futuras investigações.

1 Revisão de Literatura

Neste capítulo, começa-se por demonstrar a importância que normas contabilísticas internacionais (IAS/IFRS) desempenham no processo de harmonização. De seguida é feito um breve enquadramento do normativo (IFRS-3 Combinações de negócios), prescrevendo alguns itens consagrados no mesmo que as empresas devem adotar na atividade contabilística. Subsequentemente, é abordado o tema sobre a importância da IFRS-3 para as Combinações de negócios. Por fim, é descrito o processo de harmonização contabilística em África, concretamente na África do Sul.

1.1 Importância das normas internacionais, em sequência do processo de harmonização

Com a publicação, por parte dos organismos internacionais de contabilidade, de normas internacionais de contabilidade e relato financeiro (IAS/IFRS), têm sido vários os autores que se interessam em estudar a adoção ou o grau de cumprimento com as exigências de divulgação contidas nas normas em diversos países. Por este motivo e tendo em atenção aos objetivos desta investigação, neste ponto efetuaremos um enquadramento do processo de harmonização contabilística.

Lourenço e Branco (2015), analisaram o impacto da adoção das normas internacionais de relato financeiro, um estudo baseado em 67 artigos científicos publicados pelas principais e mais prestigiadas revistas de contabilidade internacionais que integravam o índice de citações científicas no período de 2000 a 2013. Chegaram a conclusão que a adoção das normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro (IAS/IFRS), tem um efeito positivo na qualidade da informação contabilística, e que o mercado de capitais e a capacidade de os investidores preverem as práticas de gestão são variáveis com um impacto significativo na adoção das normas internacionais de contabilidade.

Cunha (2009), com o estudo sobre o Grau de Cumprimento com os Requisitos Previstos na IAS 16: Estudo das Empresas Cotadas em Espanha, construindo um índice de divulgação testando o modelo desenvolvido no estudo. Da análise dos dados, Cunha (2009, p.65) mostra que “o nível de cumprimento dos requisitos exigíveis pela IAS 16 ser mediano de 51,6%. Isto demonstra que, a menção ao uso do normativo internacional

nas suas políticas contabilísticas, não significa que na prática, este seja adotado plenamente”.

A fim de analisar a adoção das IAS/IFRS e os investimentos estrangeiros diretos (IED) em África, (Nnadi e Soobaroyen, 2015). Tendo como amostra informações provenientes duma base de dados para o período compreendido entre 1990 a 2014. Nos resultados foi verificado que adoção das normas IAS/IFRS pelos 34 países da amostra é negativa, uma vez que os custos de operação de implementação das normas IAS/IFRS em África ser o motivo preocupante dos investidores.

Wang (2014), afirma que os padrões contabilísticos harmonizados facilitam a transparência das informações financeiras ao redor do mundo. Com base numa amostra de empresas concentradas em vários países do mundo que adotaram as normas internacionais de contabilidade. Este argumenta que a harmonização contabilística traz benefícios atribuíveis na comparação das informações financeiras.

Os autores Christensen et al. (2015) investigaram o cumprimento de divulgação em empresas Alemãs. Do estudo concluíram que adoção das normas internacionais de contabilidade pelas empresas da amostra ser resistente, situação relacionada com as agências bancárias e os acionistas internos.

Com o objetivo de observar o grau de cumprimento das IAS/IFRS e os efeitos da qualidade da auditoria em países em desenvolvimento Ebrahim (2014), compreendendo uma amostra de empresas cotadas na bolsa de valores do Egito em 2007. Os resultados sugerem existir um descumprimento das IAS/IFRS pelas empresas da amostra. Por outro lado, o autor evidencia que aspetos económicos e culturais apresentados por cada país, são variáveis que influenciam as informações contabilísticas provenientes da adoção das normas IAS/IFRS.

Num estudo empírico Senyigit (2014), com a finalidade de analisar os determinantes da adoção voluntária das IAS/IFRS por 206 empresas não financeiras cotadas na bolsa de Istambul no período de 2003 a 2005. Neste estudo ficou demonstrado que as variáveis como o tamanho, a internacionalização das empresas, o tipo de auditor são os principais determinantes para adoção voluntária das normas internacionais de contabilidade e relato financeiro.

Santos, Ponte e Mapurunga (2014), analisaram o índice de cumprimento das normas internacionais de contabilidade e relato financeiro (IAS/IFRS), em 366 empresas não financeiras cotadas na bolsa de valores brasileira. Nos resultados Santos

et al (2014), verificaram que o índice geral de adesão as normas internacionais de contabilidade e relato financeiro pelas empresas brasileiras, apresenta uma percentagem não inferior de 16%, e uma não superior de 34%. O nível de conformidade foi de 50% para as normas com maiores elementos para divulgar-se, em relação as normas com menos elementos para ser divulgado. Os autores concluíram que apesar do nível de cumprimento ser baixo, a adoção das normas pelo Brasil em 2010, teve um impacto na transparência das empresas no primeiro ano de adoção das normas internacionais de contabilidade.

Num estudo de caso realizado na Nigéria por Abdul-Baki, Uthman e Sanni (2014), na maior empresa de exploração petrolífera da Nigéria, procuram perceber o efeito da adoção das IAS/IFRS centralizando-se na análise do desempenho. Nos resultados do estudo, mostram não existir uma significância nos índices financeiros entre o GAAP Nigeriano e as IAS/IFRS, explicam que este motivo se deve ao facto dos GAAP Nigerianos serem desenvolvidos independentemente pelos órgãos que definem os padrões de contabilidade na Nigéria.

Santos et al.(2014), referem que a adoção das normas internacionais de contabilidade e relato financeiro (IAS/IFRS), no Brasil aumentou a capacidade associativa dos lucros contabilísticos, e ainda acharam que a adoção das IAS/IFRS não teve um efeito sobre o princípio da prudência, de acordo a relevância das informações dos lucros contabilísticos das empresas que constitui a base da amostra.

Num estudo desenvolvido na União Europeia para testar o impacto económico da adoção das normas internacionais de relato financeiro, pelas empresas cotadas de capital aberto de 13 países da união, que adotaram as IAS/IFRS pela primeira vez em 2005 tendo em conta o regulamento nº 1606/2002 da UE. Aubert e Grudnitsk (2011), mostram nos resultados existir uma diferença positiva no rendimento dos ativos calculados de acordo as IAS/IFRS e os GAAP locais, em empresas cotadas na: Bélgica, Finlândia, França, Itália, Holanda, Suécia, Suíça e no Reino Unido, e as empresas cotadas na: Alemanha e Noruega mostraram resultados negativos no rendimento dos ativos.

Os resultados ainda ilustram que de acordo aos termos de definição do impacto da qualidade e do relato financeiro, há uma relação estatisticamente significativa entre a informação contabilística e o mercado de rendimento para as empresas da, Bélgica, Finlândia, França, Grécia, Itália, Holanda, Noruega Suécia e Reino Unido.

Cameram, Campa e Pettinicchio (2014), verificaram o impacto da adoção das IFRS na qualidade dos relatórios financeiros em empresas Italianas. O estudo incidiu em empresas privadas não financeira que usam em suas demonstrações financeiras as normas IAS/IFRS, num período temporal de 3 anos. Cameram et al., acham que a adoção das IFRS pelas empresas privadas não melhora a qualidade dos resultados dos relatórios financeiros, apresentando uma diminuição na qualidade dos resultados.

Ghio e Verona (2015) mostram que o Brasil e a Rússia estão incorporando as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) nos seus sistemas contabilísticos, já no sistema contabilístico da China e Índia, acharam existir divergências na adoção dos normativos internacionais de relato financeiro, permanecendo com os GAAP. Ghio & Verona (2015), concluem que o aspeto político apoiado com a cultura são os principais determinantes que contribuem nos níveis de convergência das normas internacionais de relato financeiro.

Numa outra investigação englobando as diferenças das performances dos analistas baseados nas IAS/IFRS e nos US GAAP, (Barniv e Myring 2014), procuraram entender se os analistas seniores são menos afetados pelas diferenças dos normativos. Com uma amostra constituída por empresas com dupla cotação no período de 2003 a 2007, e que começaram a adotar obrigatoriamente as IFRS desde 2003. Os autores mostram que as diferenças específicas de cada empresa baseadas nas IFRS e as baseadas nos US GAAP, e a interação com as variáveis dos analistas superiores afetam a precisão das previsões das informações no ano da adoção obrigatória das IFRS significativamente. Revelam ainda que os analistas tiveram vantagens no ano em que as IFRS, foram adotadas obrigatoriamente pela primeira vez, mas perdem essas vantagens nos anos posteriores após a adoção das IFRS, devido à formação que os analistas foram submetidos sobre as IFRS.

Horton, Serafeim e Serafeim (2013), procuraram entender se a adoção obrigatória das normas internacionais de relato financeiro melhora o ambiente das informações nas empresas, contando com dados de firmas de todos os países cadastrados na base de dados I/B/E/S, que adotaram obrigatoriamente e voluntariamente as IFRS, no período de 2001 a 2007. Eles elucidam que após a transição obrigatória para as IFRS, o ambiente da qualidade da informação melhora significativamente para a adoção obrigatória das mesmas. Evidenciam ainda que quanto maior for à diferença

entre os lucros resultantes da adoção das normas (IFRS) e os lucros dos GAAP nacionais há uma maior precisão das previsões.

Barth et al (2012), pretenderam perceber se aplicação das normas IFRS, em empresas não americanas resulta em valores contabilísticos comparáveis com as empresas que aplicam os US GAAP. No uso de duas abordagens para avaliar a comparabilidade, basearam-se em empresas de 21 países que adotaram as normas IFRS no período de 1995 a 2006. Os autores revelam nos resultados do estudo que há uma maior relevância dos sistemas contabilísticos das empresas que adotaram as normas IFRS, em comparação as empresas que adotam os US GAAP. E há maior comparação entre as empresas que adotam as normas IFRS voluntariamente e as firmas que se encontram no sistema common-law.

Focando ainda na temática das normas internacionais de contabilidade, (Machado e Nakao 2014), investigaram as diferenças culturais, económicas e sociais dos países, na decisão da adoção das IFRS, baseando-se em amostras provenientes de fontes diferentes como site da IAS.plus, Hofstede e Nações Unidas. Após análise descritiva e de correlação efetuadas nos proxies ou indicadores do estudo, comprovam que os países com maior individualismo e maior aversão a incertezas são os mais propícios a adotarem as normas internacionais de contabilidade. Verificaram ainda nos resultados, que os países mostram possuir uma maior estabilidade nos normativos contabilísticos internos, mostrando uma relutância nos gastos para adoção dos normativos internacionais de relato financeiro, e que há uma relação entre o nível de riqueza de um país e a adoção das normas internacionais de relato financeiro.

O estudo *Revelance of Differences Between Net Income Based on IFRS and Domestic Standards for European Firms*, elaborado por Barth et al.(2014) no qual tentaram perceber se os ajustes ao lucro líquido decorrentes da adoção obrigatória das normas internacionais de relato financeiro na Europa são relevantes para os investidores. Com base em uma amostra composta por empresas europeias que adotaram obrigatoriamente as normas internacionais de contabilidade em 2005 e que publicaram as suas demonstrações financeiras em inglês. Mostram que os lucros e os ajustes no valor patrimonial contabilístico líquido, ambos agregados estão positivamente com os preços das ações ligados ao lucro líquido interno.

Já Barth et al. (2014), revelam que o ajustamento agregado para o lucro líquido é o valor relevante para as empresas financeiras e não financeiras, resultando do acordo

aos diferentes padrões contabilísticos nacionais, esta análise foi efetuada após uma separação da amostra, em três grupos, ou seja: (Ingleses, Escandinavos e o Franceses/Alemães). Constataram ainda um descumprimento pelas empresas financeiras na IAS 39-Instrumentos Financeiros.

Oliveira e Lemes (2011), analisaram em que nível as informações contabilísticas divulgadas no mercado brasileiro e norte-americano atende os requisitos da adoção, inicial das IFRS. Estudaram uma amostra composta por 20 empresas listadas em simultâneo nas bolsas de valores de Nova Iorque e de São Paulo. Aplicando regressões ao estudo após a análise dos dados. Mostram que o nível de convergência entre US. GAAP e as IFRS são maiores, e que em função da adoção das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) pelas empresas do estudo em suas demonstrações financeiras pelo BR. GAAP tende a modificar gradualmente o nível de divulgação. Ilustram também nos resultados, que o tamanho da empresa, o sector que atua a empresa tem relação significativa na divulgação das informações, e o fato das Big 4 auditarem as demonstrações financeiras não é um fator relevante para que se cumpra com a divulgação.

Baseando-se na ótica macroeconómica Beneish, Miller e Yohn (2014), investigaram se adoção obrigatória das IAS/IFRS, está associada com investimentos estrangeiros, numa perspectiva da dívida dos países e os mercados de capitais. Tiveram como amostra dados macroeconómicos de países que adotaram as IFRS em 2005. Constataram que a adoção obrigatória das IAS/IFRS, teve maiores benefícios nos rendimentos dos mercados de dívidas em relação aos mercados de capitais, visto que os analistas são mais consumidores das informações das demonstrações financeiras. Revelam ainda que o aumento do investimento de capital estrangeiro em relação a adoção das IFRS, é limitado aos países que não mostram qualidade na sua governação e desenvolvimento económico, e direitos dos credores antes da adoção das IAS/IFRS, mostram uma contradição visto que os investimentos da dívida teve um aumento nos países que adotaram as IFRS voluntariamente.

Enquanto Zeghal, Chtourou e Fourati (2012), debruçaram-se sobre a adoção obrigatória das normas IFRS e a qualidade contabilística em 15 países da UE, procuraram analisar se a adoção das normas IFRS, está associada com o gerenciamento de resultados e o valor de relevância dos números contabilísticos. Como amostra os autores contaram com 1.547 empresas de 15 estados membros da U.E., que até 2005

não adotaram as IFRS. Referem existir uma melhor qualidade contabilística entre os períodos pré e pós-adoção das IFRS. No estudo ficou também revelado, existir certas supressas controversas, ou seja, as empresas dos países onde existe uma diferença entre os GAAP nacionais e as IAS/IFRS pré-adotadas, possuem melhores resultados.

Demir e Bahadir (2014), referem existir um considerável grau de incumprimento de divulgação exigida nas IAS/IFRS, e que o nível de cumprimento das divulgações está influenciado com as Big 4. Concluem que as variáveis como rentabilidade, o tamanho da empresa e idade são determinantes relevantes para explicação do nível de divulgação exigido pelas normas internacionais de contabilidade, mostrando uma insignificância estatística nos resultados apresentados na investigação.

Num outro estudo conduzido por Zehri e Chouaibi (2013), estes procuraram analisar os fatores explicativos que esclareçam a escolha da aplicação das IAS/IFRS, em 74 países em desenvolvimento em 2008. Nos resultados os autores ilustram que os países em desenvolvimento com uma taxa de crescimento elevada, são os mais favoráveis à adoção das IFRS, apresentando também um elevado nível de/ou educação, baseando-se no sistema legal. Zehri e Chouaibi (2013), concluem que as variáveis como cultura, a existência de um mercado de capitais, o sistema político e a internacionalização, não tem um impacto significativo na adoção das normas internacionais de relato financeiro (IFRS).

Delcoure e Huff (2014), na procura de saber os determinantes da adoção voluntária das normas internacionais de contabilidade em países emergentes e suas fronteiras, uma amostra composta por empresas públicas cotadas em 72 países emergentes. Comprovam nos resultados, que o acesso ao mercado de capitais, a proteção dos investidores e o governo das sociedades, são alguns dos determinantes para que os países emergentes e suas fronteiras adotem as IFRS.

Um estudo elaborado por Wee, Tarca e Chang (2012), com o objetivo de verificar como as 150 empresas cotadas na bolsa Austríaca num período de 3 anos, comunicam o teor ou os efeitos do impacto da adoção das IAS/IFRS. Os autores aferiram que as alterações reportadas dos ganhos ocorreram da transição e mudanças dos padrões contabilísticos. Mostram ainda nos resultados que as empresas, com variações nos rendimentos desfavoráveis, são as que maiores divulgações apresentam em seus relatórios de contas.

A adoção obrigatória das normas internacionais de relato financeiro foi estudada por Chebaane e Othmon (2014) conjugando duas variáveis para análise dos efeitos da adoção das normas IFRS em países emergentes. Sendo assim, estes investigadores estudaram a relação entre as variáveis valor dos rendimentos e o valor do capital contabilístico, tendo como base uma amostra de empresas africanas e asiáticas cotadas em países emergentes. O resultado da investigação permitiu concluir que o nível do valor dos rendimentos contabilístico esta positivamente influenciada pelo sistema legal common-law, a abertura econômica dos países e por um mercado de capitais sofisticado.

Bova e Pereira (2012), com dados do Quênia no período de 2005 a 2007 demonstram que as empresas privadas apresentam um maior grau de cumprimento dos níveis de divulgação das normas internacionais de relato financeiro em relação às empresas públicas. Os resultados confirmam ainda que maior participação de capital estrangeiro na bolsa de valores leva a uma maior observância das normas internacionais de contabilidade por parte das empresas.

Um estudo realizado na Grécia, Tsalavoutas (2011), testa o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória das normas IAS/IFRS em empresas gregas cotadas, na ASE em 2005. Nos resultados Tsalavoutas (2011), mostra que o nível de divulgações pelas empresas gregas, é médio de 15% pontos percentuais. O estudo também revelou certas incertezas ao autor, visto que os níveis são baixos demais tendo em conta que o mercado Grego é desenvolvido. Já de acordo com (Barlev e Haddad 2007), afirmam para um sistema contabilístico harmonizado internacionalmente, há necessidade de uniformizar os GAAP com um denominador monetário comum. Visto que, se o denominador comum não estiver ajustado, haverá sempre divergências na comparação das informações contabilísticas.

Segundo Daske et al. (2008), com objetivo de analisar as consequências económicas da adoção obrigatória das IAS/IFRS no mundo ao nível da liquidez dos mercados e do custo de capital da avaliação do património.

Os autores defendem que os efeitos positivos dos mercados de capitais são mais pronunciados em empresas que anteciparam a adoção das IAS/IFRS de forma voluntária. Mostram ainda que os benefícios do mercado de capitais ocorrem somente em países onde as empresas apresentam incentivos na sua transparência e a aplicação jurídica ser fortes.

Assim Daske et al. (2012) conduziram um estudo com o objetivo de analisar o efeito da liquidez e os custos dos capitais na adoção voluntária e obrigatória das normas IAS/IFRS. Baseados numa amostra de dados financeiros de empresas que compõem o wordscope no período de 1990 a 2005. Os resultados evidenciaram que se deve ter cuidado na interpretação dos efeitos do mercado de capitais, visto que esses efeitos refletem alterações nos relatórios das empresas.

Ramos (2011) analisou o efeito da aprovação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) na Europa, centralizando-se na harmonização contabilística do comércio internacional de bens e investimentos estrangeiros na União Europeia no período de 2002 a 2007. O autor refere que com harmonização das normas contabilísticas, há uma maior facilidade no comércio, nos investimentos estrangeiro direto e uma melhor transparência das informações contabilísticas, em suma a uma transparência financeira e comparabilidade e reduz as assimetrias da informação.

Na senda de investigaram o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação das IFRS, tendo em conta os erros de previsão e os lucros dos analistas em firmas não americanas. (Hodgon et al.2008), nos resultados constatam que os dados sobre previsões, e as medidas de acordo as IFRS dos requisitos de encerramento, estão negativamente associadas aos lucros dos analistas individuais.

Trabelsi (2010) com o objetivo de estudar o processo de harmonização qualitativa das IFRS, em empresas de auditoria na Tunísia. Os resultados revelaram existir falha na harmonização contabilística na Tunísia, por causa de fatores que estão extremamente influenciados, como questões culturais e jurídicas. As reações dos mercados a adoção das IAS/IFRS na Europa foi alvo de estudo de (Armstrong et al. 2010) os autores verificaram uma reação incremental positiva nas empresas com relato financeiro mais voltado para a banca e para as expectativas dos investidores. Reação contrária foi verificada nas empresas localizadas em países com maiores preocupações de relato financeiro voltado para a fiscalidade.

Outro trabalho que também investigou a harmonização foi o de Mechelli (2009), nesta investigação o autor estudou as empresas Italianas cotadas no exercício de 2005. O autor verificou existir um elevado nível de descumprimento da norma em estudo IAS 7 pelas empresas italianas, e um alto grau de heterogeneidade na aplicação das normas do IASB pela amostra do estudo. Verificou também que fatores como: ativos fixos tangíveis líquidos de depreciações acumuladas e rentabilidade dos capitais

próprios; e os sectores de atividade: petróleo e energia, materiais básicos, indústria e construção, bens e serviços de consumo são estatisticamente relevantes, ou seja, se apresentam como fatores e setores que contribuem positivamente para o grau de cumprimento da IAS 16. Por fim, Cunha (2009) verificou que a maioria das empresas, observadas que adotaram o modelo do custo na valorização dos seus ativos fixos tangíveis, não divulga qualquer informação relativamente ao modelo de revalorização.

Barth, Landsman e Lang (2008) com a finalidade de entender como a aplicação das normas internacionais de contabilidade está associada com a qualidade das informações contábilísticas. Os autores estudaram uma amostra constituída por 21 empresas, de diversos países de 1994 a 2003. O estudo revelou que as empresas que aplicam as IAS, apresentam melhor qualidade no valor contábilístico em relação as empresas que não adotam. Os resultados mostram também que as empresas que adotam têm um menor alisamento em seus resultados, tendo um reconhecimento mais oportuno das perdas que se apresentarem.

Num estudo realizado por Lemes, Carvalho e Lopes (2009) com o objetivo de avaliar a materialidade das diferenças de reconciliação dos lucros divulgados pelas empresas brasileiras, que divulgam os resultados segundo os BR GAAP e os US GAAP nos Form-20 F no período de 2000 a 2005. Aplicando o índice de comparação de Gray após a análise dos documentos das empresas base da amostra. (Lemes e Carvalho, 2009) mostram um número representativo de empresa com resultados materialmente não comparáveis, isto de acordo os lucros. Concluem que o ajuste referente a combinação de empresas foi o que afetou o maior número de empresas e os ativos evidenciaram características que tem sofrido frequentes ajustes aos US GAAP e que não se observou uma reconciliação entre as empresas.

Por outro lado Dinget al.(2007), procuraram identificar os determinantes das diferenças entre as IAS e os GAAP, análise incidiu em 30 países que constitui a base da amostra do estudo. Para concretizar com o objetivo do estudo os autores elaboraram uma lista contendo as diferenças entre as IAS e os GAAP, para criar dois índices (divergências e ausências). Os resultados do estudo evidenciaram que de acordo as ausências há um grau muito elevado nos normativos internacionais e nos nacionais, pelo fato de certos países possuírem um mercado de capitais menos desenvolvidos e por apresentarem uma concentração de renda muito elevado. De acordo as divergências dos

normativos, o estudo mostrou que está associada com o desenvolvimento económico e a força da profissão contabilística.

Haverty (2006), com o objetivo de analisar as comparações e convergências entre os normativos IFRS e os US GAAP, no período de 1996 a 2002. Com uma amostra composta por empresas Chinesas cotadas na Nyse, e que as demonstrações financeiras estivessem elaboradas de acordo as IFRS e os US GAAP, usando o índice de Gray para testar as hipóteses. Os resultados indicam não existir harmonização entre os normativos, porque foi observado no estudo uma revalidação no ativo imobilizado, operação que nas IFRS é permitida e os US GAAP não permitem.

Street e Gray (2002), examinaram as demonstrações financeiras e as notas de rodapé de empresas de vários países do mundo, que adotaram ou utilizam as normas internacionais de contabilidade, de modo a constatar o nível de cumprimento e ainda os fatores associados ao cumprimento.

Os resultados evidenciaram um grau elevado de incumprimento, especialmente nos casos de divulgação obrigatória. Argumentam ainda que os fatores que estão associados ao cumprimento exigidos pelas divulgações das normas internacionais de contabilidade no estudo foram: a cotação das empresas no mercado Americano, e / ou não estarem cotadas em suas regiões, ser uma indústria de comercio e transporte, referindo exclusivamente o uso das IAS, se estão sendo auditadas pelas maiores empresas de auditoria mundiais, e se estão presentes na China e na Suíça. Concluem que há uma negatividade pelo facto das empresas encontrarem-se localizadas na Franca e Alemanha.

Hope (2003) investigou as relações existentes entre a precisão dos ganhos, a previsão dos investidores e o nível de divulgação do grau de execução das normas de contabilidade. Em empresas de 21 países ao redor do mundo, recolhida numa base de dados. O autor verificou nos resultados que as divulgações ao nível das empresas estão positivamente relacionadas com a precisão das previsões, e que estas divulgações fornecem informações uteis para os investidores.

Sengupta (1998), ao realizar um estudo sobre a relação, existente entre qualidade da divulgação e o custo de financiamento da dívida nas empresas. Constatou que há uma maior divulgação quando o custo da dívida é menor.

Na análise sobre a conformidade entre as IFRS e os US GAAP, Glaum e Street (2003), tiveram como amostra, 100 empresas que aplicam as normas internacionais, e

100 que aplicam os US GAAP. Os resultados confirmaram uma variação nos níveis de cumprimento de 100% a 41,6%, e uma média de 83,7%. Confirmam ainda que o nível de cumprimento médio é menor em empresas que aplicam as normas internacionais de contabilidade, em relação às empresas que aplicam os US GAAP. Concluem que o nível de cumprimento das divulgações das IFRS e os US GAAP estão relacionados com as empresas serem auditadas pelas cinco maiores empresas de auditoria (Big 5).

Num estudo englobando a associação entre o nível de divulgação voluntária e a informatização dos preços das ações das empresas, com uma amostra baseada em rácios de divulgação do ranking AIMR-FAF, no período de 1980 a 1993. Gelb e Zarowin (2002), aferiram que o nível de divulgação está associado com os preços das ações.

Ainda sobre a temática divulgação, Street e Bryant (2000), investigaram as medidas em que os requisitos de divulgação da IASC, foram cumpridos ou excedidos pelas empresas que afirmavam utilizar as normas internacionais de contabilidade, empresas cotadas nos Estados Unidos da América. Os autores constataram que o nível de cumprimento está relacionado com a cotação das empresas nos Estado Unidos da América. Os resultados confirmam ainda que há um maior cumprimento, quando nas notas de rodapé estão declaradas as políticas contabilísticas, e se foram elaboradas de acordo com as IAS/IFRS, e um parecer de auditoria afirmando que as normas internacionais de auditoria foram revisadas pelos auditores.

Num outro estudo com o objetivo de investigar o impacto das características relativas ao cumprimento da divulgação obrigatória das normas internacionais, com uma amostra de 49 companhias cotadas na ZSE. Owusu-Ansah (1998) refere que as variáveis como idade, tamanho da empresa e ligação da empresa com uma multinacional, lucratividade e a estrutura da empresa, são determinantes, que estão positivamente relacionados com as práticas de divulgação obrigatória das empresas. O estudo revelou também que o tipo de auditor, liquidez, tipo de indústria, foi estaticamente insignificante.

Por forma a sintetizar o disposto anteriormente, as tabelas 1 e 2, apresentam de forma resumida os estudos empíricos desenvolvidos sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), num único país bem como em diversos países.

Tabela 1- Síntese da revisão dos estudos empíricos sobre adoção das normas IAS/IFRS em vários países

Autores	Objetivos	Amostra	Países Analisados	Tipo de Estudo
Armstrong et al.,(2010)	Examinar e verificar a reação que o mercado bolsista europeu teve com adoção das IFRS	Empresas europeias de países membros da U.E.	Vários Países	Empírico
Aubert & Grudnitsk (2011)	Impacto económico do regulamento da UE que obriga as empresas cotadas a adoção das IFRS.	Empresas que adotaram pela primeira vez as IFRS na Europa	14 Países da U.E.	Empírico
Barlev & Haddad (2007)	Investigou a relação existente no paradigma entre o justo valor e a harmonização contabilística internacional.	Dados financeiros.	Vários Países	Empírico
Barniv & Myring (2014)	Examinar as diferenças das performances dos analistas de acordo as IFRS e o US GAAP.	91 Empresas da U.E, cotadas no E.U.A.	Vários Países da U.E.	Empírico
Barth et al. (2008)	Análise do nível de aplicação das IFRS está associada com a qualidade contabilística.	Empresas de 21 países	Vários Países	Empírico
Barth et al. (2012)	Investigar aplicação das IFRS, por empresas não Americanas.	Firmas de 21 países que adotaram as IFRS.	Vários Países	Empírico
Barth et al. (2014)	Análise dos ajustes ao lucro líquido, após adoção obrigatória das IFRS na Europa.	Empresas europeias que adotaram em 2005 as IFRS e divulgaram, as DF em Inglês.	Vários Países da Europa	Empírico
Beneish et al. (2014)	Investigar se adoção obrigatória das IFRS está associada com investimentos estrangeiros.	Dados macroeconómicos de alguns países que adotaram as IFRS no mundo.	Vários Países	Empírico
Chebaane & Othmon (2014)	Análise da adoção obrigatória das IFRS, baseando-se no valores dos rendimentos e o valor contabilístico.	Empresas Africanas e Asiáticas cotadas em países emergentes.	África do Sul, Barém, Catar, Emirados Árabe Unidos, Jordânia, Kuwaiti e Turquia.	Empírico
Daske et al. (2008)	Análise das consequências económicas da adoção das IFRS, tendo em base os efeitos sobre a liquidez do Mercado e o custo do capital.	3.100 Empresas de 21 países obrigados a adotarem as IFRS.	Vários Países	Empírico
Daske et al. (2012)	Análise do efeito da liquidez e os custos dos capitais tem na adoção voluntária e obrigatória das IFRS.	Dados financeiros de 31.2005 empresas que compõem o Wordscope.	Vários Países	Empírico
Delcours & Huff (2014)	Estudou os determinantes da adoção voluntária das IFRS em países emergentes.	72 Empresas públicas cotadas em países emergentes e suas fronteiras.	19 Países Emergentes e suas Fronteiras	Empírico
Ding et al. (2007)	Análise dos efeitos e diferenças dos GAAP nacionais e as IFRS.	Dados de empresas de 30 Países.	Vários Países	Empírico
Gelb & Zarowin (2002)	Estudar a relação entre o nível de divulgação voluntária e a informatização dos preços das ações.	Rácios de 821 empresas divulgada no ranking AIMR-FAF.	Vários Países	Empírico
Ghio & Verona (2015)	Análise no BRIC das semelhanças e diferenças do processo de convergência contabilística.	Empresas que compõem o BRIC.	Brasil, China, Índia, Rússia	Empírico
Hodgon et al. (2008)	Estudar a relação entre erros de previsão e os lucros dos contabilistas.	89 Firmas não U.S, que pretendem cumprir com os requisitos de divulgação das IFRS.	Vários Países	Empírico
Hope (2003)	Investigar a relação entre a precisão dos ganhos e os níveis de divulgação.	Amostra de 22 Países.	Vários Países	Empírico
Horton, et al. (2013),	Perceber se a adoção obrigatória das normas internacionais de relato financeiro melhora o ambiente das informações nas empresas	8,124 Empresas	Vários Países	Empírico
Lourenço & Branco (2015)	Análise do impacto da adoção das normas internacionais de	67 Artigos científicos	Vários Países	Empírico

	contabilidade em vários países.			
Machado & Nakao (2014)	Verificação das influências culturais, económicas e sociais dos países na adoção das IFRS.	Amostra de 60 países retirados da IAS PLUS, Hofstede e Nações Unidas.	Vários Países	Empírico
Nnadi & Soobaroyen (2015)	Estudo sobre as IFRS e o Investimento Estrangeiro Direito em África.	34 Países de África que adotaram por completo e parcialmente as IFRS.	Vários Países	Empírico
Oliveira & Lemes (2011)	Avaliar as informações contabilísticas divulgadas no Brasil e no E.U.A partindo da adoção pela 1 vez das IFRS.	20 Empresas listadas em simultâneo na NYSE E Bovespa.	Brasil e E.U.A	Empírico
Ramos (2011)	Análise da harmonização contabilística das IFRS na Europa, se facilitou o comércio internacional de bens e serviços, investimentos estrangeiros.	Dados empíricos de investimentos estrangeiros diretos de países da U.E.	Vários Países da U.E.	Empírico
Sengupta (1998)	Investigar a relação entre a qualidade das informações divulgadas e o custo de financiamento de dívida nas empresas.	Informações provenientes de diversas bases de dados.	Diversos Países	Empírico
Street & Gray (2002)	Exame das demonstrações financeiras e notas de rodapé, para averiguar a extensão de conformidade das mesmas.	Informações de 279 empresas, contendo as normas do IAS.	Vários Países	Empírico
Wang (2014)	Avaliar se harmonização contabilística, melhora as informações financeiras.	Firmas que adotaram as IFRS ao redor do mundo	Vários Países	Empírico
Zeghal Chtourou & Fourati (2012)	Saber se adoção das IFRS está associada com a qualidade contabilística	1.547 Empresas.	Diversos países da U.E.	Empírico
Zehri & Chouaibi (2013)	Identificar fator explicativo, que esclareça a escolha da aplicação das IFRS.	74 Países em desenvolvimento.	Vários Países em Desenvolvimento	Empírico

Fonte: Elaboração Própria

Síntese dos estudos sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade em diferentes países:

Das transformações profundas verificadas nos últimos anos, resultante da evolução e globalização dos mercados, a existência de empresas cotadas em bolsas de valores de vários países, exigindo melhores práticas contabilísticas a nível mundial, com o objetivo de ter uma informação financeira viável, comparável e transparente de modo a que as demonstrações financeiras elaboradas com as normas internacionais de contabilidade, facilitam o acesso ao capital e permite um incremento aos investimentos estrangeiro direito possibilitando a internacionalização das empresas.

Desta feita, a revisão de literatura efetuada evidencia argumentos a favor e contra sobre o processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS). Assim perante este cenário, nas distintas conclusões sobre a adoção e o cumprimento dos requisitos exigidos pelas normas internacionais de contabilidade, uns defendem que adoção das normas internacionais (IAS/IFRS) tem um efeito positivo na qualidade da informação contabilística, e outros defendem que a adoção é negativa fruto dos custos de operação de implementação dessas normas o que deixa preocupado os investidores em especial no continente africano.

Porém, quanto ao nível do cumprimento das divulgações requeridas pelas normas contabilísticas as conclusões obtidas sugerem que são várias as razões para a existência de diferenças no reporte financeiro tais como: aspeto político, acesso aos mercados de capitais, o sistema legal, cultura, tamanho da empresa, internacionalização, etc.

No geral podemos concluir que há uma emergente necessidade de eliminarem-se as diversidades contabilística a nível mundial.

Tabela 2- Síntese da revisão dos estudos empíricos sobre adoção das normas IAS/IFRS em um país

Autores	Objetivo	Amostra	País Analisado	Tipo de Estudo
Abdul-Baki et al. (2014)	Examinar os efeitos da adoção das IFRS.	1 Empresa petrolífera Nigeriana.	Nigéria	Empírico
Bova & Pereira (2012)	Analisar duas questões relacionadas ao nível de adoção das IFRS	43 Empresas	Quênia	Empírico
Cameram et al. (2014)	Estudo da adoção das IFRS, na qualidade dos relatórios financeiros das empresas privadas.	270 Empresas não financeiras Italianas.	Itália	Empírico
Cunha (2009)	Análise do grau de cumprimento da IAS 16	96 Empresas Espanholas cotadas na bolsa de Madrid	Espanha	Empírico
Christensen et al. (2015)	Estudar o impacto da qualidade após adoção das IFRS	Empresas Alemãs com dados disponíveis na Data Stream.	Alemanha	Empírico
Demir & Bahadır (2014)	Estudo do grau de cumprimento de divulgação obrigatória por empresas Turcas.	168 Empresas cotadas na bolsa de Istambul.	Turquia	Empírico
Ebrahim (2014)	Observou o grau de cumprimento e a execução das IFRS em países em via desenvolvimento.	118 Empresas cotadas na bolsa Egípcia.	Egipto	Empírico
Glaum & Street (2003)	Analisar o cumprimento entre as IFRS e os US GAAP	100 Empresas que adotaram as IFRS e 100 que não adotaram as IFRS.	Alemanha	Empírico
Haverty (2006)	Comparabilidade e convergência entre US GAAP e as IFRS.	11 Empresas Chinesas cotadas na NYSE.	China	Empírico
Lemes & Carvalho (2009)	Analisou as diferenças existentes entre o lucro divulgado segundo os BR GAAP e os US GAAP	30 Empresas	Brasil	Empírico
Mechelli (2009)	Estudo sobre harmonização das normas do IASB, a IAS 7 sua adoção pela primeira vez.	101 Demonstrações Financeiras de empresas Italianas	Itália	Empírico
Owusu-Ansah (1998)	Estudou impacto das características sobre o cumprimento de divulgação obrigatória.	49 Companhias cotadas na ZSE.	Zimbabwe	Empírico
Santos et al. (2014)	Estudo do nível de conformidade da adoção obrigatória das IFRS.	366 Empresas Brasileiras cotadas na Ibovespa.	Brasil	Empírico
Santos & Cavalcante (2014)	Impacto da adoção das IFRS no Brasil.	246 Empresas Brasileiras cotadas.	Brasil	Empírico
Senyigit (2014)	Análise dos determinantes da adoção voluntária das IFRS pelas empresas listadas em Istambul.	206 Empresas não financeiras cotadas na bolsa de Istambul.	Turquia	Empírico
Street & Bryant (2000)	Estudo em que medida os requisitos de divulgação da IASC, foram cumpridos.	Empresas listadas nos E.U.A.	E.U.A.	Empírico
Trabelsi (2010)	Análise da harmonização contabilística na Tunísia	Empresas de Auditoria Tunisina, com associações Internacionais	Tunísia	Empírico
Tsalavoutas (2011)	Análise do grau de cumprimento de divulgação obrigatória pelas empresas Gregas	153 Empresas Gregas cotadas na ASE.	Grécia	Empírico
Wee et al. (2012)	Análise sobre o teor que as empresas Australianas, comunicam sobre os efeitos da adoção das IFRS.	150 Empresas Australianas cotadas na bolsa da Austrália.	Austrália	Empírico

Fonte: Elaboração Própria

Síntese dos estudos sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade em um país:

Da análise dos estudos apresentados concluímos que o impacto provocado da adoção ou o grau de cumprimento com as exigências de divulgação contidas nas normas internacionais de contabilidade na maior parte dos países analisados, ser insignificante situação relacionada com vários fatores tais como, acionistas internos, aspetos económicos, as quatro maiores empresas de auditoria apelidadas como Big 4, idade, rentabilidade e questões culturais.

Por outro lado, os processos de globalização e de harmonização das normas contabilísticas, trouxe uma maior facilidade no comércio, nos investimentos estrangeiros diretos e uma melhor transparência das informações contidas nas demonstrações financeiras das empresas que se encontram cotadas facilitando as empresas locais a preparem as suas demonstrações financeiras para melhor acederem as bolsas de valores internacionais e ao mesmo tempo facilitam para a eficácia da informação.

1.2 Enquadramento do normativo. IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Neste subponto de acordo com o objetivo do nosso estudo, será descrita uma síntese do tratamento contabilístico das divulgações requeridas pela International Financial Reporting Standards (IFRS) 3 – Combinações de Negócios.

Ao longo das últimas décadas, modificações profundas têm surgido no nível da conjuntura económica e financeira a nível internacional, resultante do cenário da globalização das economias, fenómeno que reforça o processo de harmonização contabilística internacional.

Neste contexto o International Accounting Standards Board (IASB), organismo responsável pela emissão e revisão dos normativos contabilísticos internacionais (IAS/IFRS), para que haja maior clareza na interpretação das informações contidas nos relatórios financeiros das empresas facilitando maior comparação dos resultados obtidos por diferentes empresas, localizadas em qualquer país que seja assume um papel fundamental no processo de harmonização das práticas contabilísticas a nível mundial.

Todavia, em 2004 é aprovada a norma IFRS 3 - Combinações de Negócios, que substitui a IAS 22-Accounting for Business Combinations, introduzindo profundas alterações em nível dos procedimentos contabilísticos sobre as combinações de negócios após a sua aprovação em 2001 nos Estados Unidos da América.

Em janeiro de 2008 o IASB com estreita correlação com o FAS (Financial Accounting Standard), após breve revisão da norma IFRS 3 – Combinações de Negócios, é aprovada a mesma entrando em vigor no exercício a seguir (2009).

Destacando o método de mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos dos não controladores, pelo justo valor ou pela parte proporcional dos não controladores dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. (IFRS 3, § 19).

A norma IFRS 3 - Combinações de Negócios reflete os procedimentos que as empresas devem adotar nas operações que resulta em combinações de negócios, de forma assegurar que as informações contidas nas demonstrações financeiras das empresas adquirentes sejam relevantes, confiáveis e comparáveis.

1.2.1 Conceito

Nos parágrafos da IFRS 3- Combinações de Negócios, não foi identificado a definição de combinações de negócios, mais o apêndice faz menção a definição, afirmando que:

Combinações de Negócios é uma “transação ou outro evento no qual uma adquirente obtém o controlo de um ou mais negócios”. (IFRS-3, Apêndice B5)

O controlo pode ser obtido através das seguintes operações:

Aquisições de partes de capitais próprio de outra entidade

Fusões

Passivos assumidos de outra entidade

Obtenção de ativos que formem em conjunto uma ou várias atividades empresariais

Aquisição do controlo por contrato

Os procedimentos estabelecidos na norma são imprescindíveis para que as empresas criem sinergias em novos mercados, também para que os utentes da informação financeira e contabilística possam avaliar a natureza e o efeito financeiro de uma combinação de negócios.

1.2.2 Âmbito

O normativo contabilístico internacional sobre as Combinações de Negócios (IFRS 3), está delimitado para operações ou transações que não abrange a definição de combinações de negócios previsto no apêndice da mesma, como: entidades em separado para formar um empreendimento em conjunto (Joint-ventures), aquisição de ativos que não responde a definição de negócios e combinações de entidades ou negócios que são controlados pela mesma parte, (IFRS 3, § 2).

1.2.3 Reconhecimento

De acordo com a IFRS 3- Combinações de Negócios, o reconhecimento de combinações de negócios deve ser feito na data que a adquirente obtém o controlo da adquirida, a entidade devera reconhecer separadamente do goodwill, os ativos adquiridos, passivos assumidos e qualquer participação de sócios minoritários, (IFRS 3, § 10).

1.2.4 Mensuração

No que respeita a mensuração, a IFRS 3- Combinações de Negócios, permite que a empresa escolha o método de mensurar os interesses minoritários, ou seja podem ser mensurados através do justo valor ou ainda através da proporção detida pelos interesses minoritários nos ativos líquidos da empresa adquirida. (IFRS 3, §19).

Sobre o método de contabilização, o § 4 da IFRS 3- Combinações de Negócios esclarece que deve ser aplicado o método de compra, o qual exige que a adquirente mensure as seguintes informações em suas demonstrações financeiras:

Identificação da adquirente;

Determinar a data de aquisição (data que o controle da adquirida está sob a adquirente);

A IFRS 3 exige que o reconhecimento e a mensuração de ativos identificáveis adquiridos dos passivos assumidos, e as participações societárias de não controladores na empresa adquirida (as mensurações devem ser feitas sempre ao justo valor);

No entanto o reconhecimento e a mensuração do goodwill ou do ganho proveniente de compra vantajosa (essa compra pode ocorrer de uma venda forçada na qual a vendedora age sob coação). Se a mensuração não for contabilizada no início de uma combinação de negócios, e até ao final do período da mensuração, a adquirente poderá reconhecer em suas demonstrações financeiras, os valores provisórios dos elementos que se encontram incompletos do registo, (IFRS 3, §§ 4-5).

O goodwill deve ser reconhecido na data de aquisição, e deve ser mensurado de acordo ao custo resultante da transação e os ativos adquiridos identificáveis, ou seja, o valor da contraprestação que foi transferida na troca. E na eventualidade, das combinações de negócios ocorre por etapas, o justo valor na data de aquisição das participações do adquirente na entidade adquirida deve ser reconhecido e mensurável antes que combinação seja efetuada; e se deve determinar o excedente do valor líquido dos ativos adquiridos identificáveis e os passivos assumidos na data de aquisição, (IFRS 3, §§ 32-33).

O normativo prescreve o goodwill como:

“um ativo representado os benefícios económicos futuros decorrentes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente nem reconhecidos separadamente”, (IFRS-3, Apêndice A)

Se existir uma possibilidade de uma compra vantajosa (badwill), de acordo o §36 do normativo a empresa adquirente deverá efetuar uma reavaliação nos ativos e passivos adquiridos inicialmente, depois se faz o reconhecimento dos ativos e passivos adicionais, provenientes da reavaliação para ser registados como um ganho para a empresa.

Pela complexidade que muitas das vezes ocorrem em combinações de negócios, e de acordo o§ 45, que retrata o período de mensuração ocorrido em uma combinação de negócios, a empresa pode disponibilizar dos valores ativos e passivos adicionais, de acordo com informações do mesmo, e que este período de mensuração não excede um ano. Mais durante este processo de mensuração a empresa adquirente

deve reconhecer os ajustes dos valores, como se a combinação de negócios já tivesse sido efetuada, (IFRS 3, § 49).

1.2.5 Informações a divulgar

Em termos de relato financeiro, o normativo evidencia que adquirente deve divulgar informações: que possibilita aos usuários de suas demonstrações financeiras avaliarem a natureza e o efeito financeiro de uma “combinação de negócios” que ocorre:

*“Durante o período de relatório corrente; ou
Após o final do período de relatório, mas antes que a emissão das demonstrações financeiras seja autorizada.
Para atingir o objetivo dos parágrafos supracitado, a adquirente divulgará informações específicas contida nos parágrafos, do apêndice do normativo em questão.
A adquirente divulgará informações que permitam aos usuários de suas demonstrações financeiras avaliarem os efeitos financeiros dos ajustes reconhecidos no período de relatório corrente, relacionados a “combinações de negócios” ocorridas no período ou em período de relatório anteriores,”
(IFRS 3, §§ 59 – 61).*

1.3 A importância da IFRS - 3 para Combinações de Negócios

O desenvolvimento de grandes espaços económicos como a S.A.D. C, UE entre outros, levaram à regionalização e globalização dos mercados, das bolsas de valores, da economia e à internacionalização das empresas. Dinamizando um crescimento nas atividades que tem a ver com Combinações de Negócios.

A adoção da IFRS 3- Combinações de Negócios, foi uma das mudanças mais importante na Suécia, evidenciando um aumento muito significativo do goodwill (resultante da atividade de aquisição e pela amortização do goodwill). Um estudo onde os investigadores analisaram as consequências contabilísticas da adoção da norma, das empresas cotadas na bolsa de valores de Estocolmo (Hamberg, Paananen & Novak 2011).

Fernandes e Lourenço (2015), verificaram o nível de divulgação da IFRS 3- Combinações de Negócios, tendo por base uma amostra de 65 empresas Brasileiras com valores cotados na M& Bovespa no período de 2012 a 2013. Os resultados mostram um nível moderado (63%), de cumprimento dos requisitos revistos na IFRS 3-

Combinações de Negócios, esta percentagem os autores ilustram estar relacionada com a formação dos gestores no exterior do país.

Verificaram ainda no estudo existir dados que as empresas mais divulgam, a saber: a data de aquisição da combinação de negócios, assim como a percentagem adquirida. Os dados menos divulgados pelas empresas estão relacionados com o impacto da combinação de negócios sobre os resultados da empresa a partir da data de aquisição ou desde o início do ano.

Paugam, Astolfi e Ramond (2015) conduziram um estudo, sobre a reação dos investidores ao conteúdo referente às informações das combinações de negócios e o preço de compra das alocações. Análise elaborada em 308 combinações de negócios realizadas nos Estados Unidos da América no período de 2002 a 2011, dados que serviu como base da amostra. Os autores mostram uma reação negativa dos investidores, com um goodwill anormal. Concluem que o goodwill anormal contido nas informações está ligado à qualidade das aquisições.

Numa análise para estudar as divulgações de 40 empresas de capital aberto no Brasil, que realizaram operações de combinações de negócios, (Nakayama e Salotti, 2014), concluem que o tamanho da empresa e a empresa de auditoria, são determinantes influenciadores para divulgação dos requisitos previstos no normativo em estudo.

Toigo et al (2014), relatam nos resultados do estudo, a existência de uma média maior no período pós-combinações de negócios, relacionando com o período pré-combinação de negócio. De acordo os testes de accruals discricionários em períodos pré e pós-combinação de negócios, em 32 empresas brasileiras cotadas na BM & FM Bovespa, de 2011 a 2012. Afirmam também existir maior lucro e retorno das ações no período pré-combinação de negócios.

Barros e Rodrigues (2014) compararam dois normativos que versa sobre combinações de negócios (IFRS 3 e o CPC15). Em 70 empresas cotadas na Ibovespa e BM & Fbovespa em 2011. Mostram nos resultados que o goodwill adquirido não é desmembrado pelas empresas do estudo, e que o goodwill não é divulgado nas demonstrações financeiras. Afirmam não existir uma implementação das normas IAS/IFRS, no geral o que tem mostrado uma grande dispersão das práticas contabilísticas em outros países.

Aghimieu, Asiri e Yanani (2014) ao estudarem o método que tem sido utilizado em todo o mundo em combinações de negócios. Mostram que o método de

aquisição é o mais utilizado pelas empresas nestas transações. O estudo destes autores foi efetuado para as empresas cotadas nos Estados Unidos de América e na Arábia Saudita.

Numa outra investigação (Hamberg e Beishand, 2014), mencionam que a imparidade do goodwill perde-se com a relevância no valor após a mudança de normativos nacionais para os normativos internacionais. Isto numa perspectiva sobre os efeitos da relevância das variações do registo do goodwill que o cenário europeu apresenta.

Baboukardos e Rimmel (2014), verificaram o tratamento contabilístico do goodwill adquirido de acordo as IFRS. Os autores dizem que o goodwill adquirido transmite informações relevantes para as empresas e informações relevantes também para os investidores. E que o goodwill acumulado tem um impacto no valor de mercado da empresa, se a empresa mostrar um alto nível de cumprimento de divulgação obrigatória. Finalizam mencionando que os resultados acima descritos são indicativos primordiais para a divulgação obrigatória das IFRS, em especial aqueles que são influenciados pelo método de compra do justo valor.

O estudo “Compliance With IFRS 3- and IAS 36-Required Disclosures Across 17 European Countries: Company- and Country-Level Determinants” desenvolvido por Glaum et al. (2013) evidencia que o nível de cumprimento é determinado pela característica das empresas e fatores específicos de cada país. Descreve também que fatores como: o goodwill, o tempo de adoção das IFRS, o tipo de auditor e comités de auditoria, afetam o grau de cumprimento de divulgação das empresas.

E os níveis de divulgação nos países revelam, que o tamanho do mercado bolsista, o sistema de aplicação são papéis importantes para o cumprimento. Defendem ainda que o conservadorismo apresentado pelos países (cultura nacional ou tradições), também pode afetar o cumprimento. Concluem fazendo menção a um elevado nível de incumprimento nas normas em estudo (IFRS 3 e IAS 36).

Com o objetivo de estudarem os efeitos econômicos e financeiros resultante das combinações de negócios em 3 empresas de capital aberto no Brasil, um estudo efetuado através da análise de dados e indicadores econômicos financeiros das empresas que compõem a amostra, (Melo, Tinoco e Yoshitake, 2012), esclarecem existir uma competitividade entre as empresas, para que a participação no mercado esteja com melhorias em suas posições e nos resultados, realizando várias combinações de

negócios. Concluem referindo que as combinações de negócios, nem sempre está ligada a maximização das riquezas dos acionistas, mais sim a sobrevivência da empresa.

Lucas (2011) num debate sobre a influência das características das empresas e dos países no nível de cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória. Estudou uma amostra constituída por empresas cotadas na UE. Os resultados comprovam que as características das empresas e as dos países, tem uma influência no nível de cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória das IFRS. Defende que empresas localizadas em países de sistema jurídico-legal common-law, os níveis de cumprimento dos requisitos de divulgação são superiores, em relação as empresas localizadas em países com sistemas jurídico-legais civil-law, e empresas localizadas nos países escandinavos e alemão não cumprem com os requisitos de divulgação previsto no normativo. Revelam também que a rentabilidade dos ativos é o principal determinante do nível de cumprimento, da norma IFRS 3 pelas empresas no sistema common-law.

Por exemplo, Shalev (2009) num estudo sobre o nível de divulgação das combinações de negócios e o desempenho dos futuros adquirentes. Baseando-se em 46 empresas não financeiras Americanas. Mostra que o nível de divulgação diminui em relação aos níveis anormais do goodwill atribuído ao preço de compra.

Em Portugal Cavalinhos (2013) analisou o reconhecimento e a divulgação do goodwill, em 33 empresas cotadas na Euronext Lisboa. Os resultados encontrados confirmam que as empresas da amostra, mostram falhas no tratamento (reconhecimento e divulgação) do goodwill, da análise se verificou alguns ajustamentos nos resultados do estudo resultante do teste de imparidade.

Num outro estudo desenvolvido por Stenka, Ormrod e Chan (2008), no Reino Unido buscaram identificar as consequências contabilísticas da adoção das IFRS em empresas cotadas no Reino Unido, versus os resultados do impacto resultante da comparação entre os normativos IFRS e UK GAAP. O estudo foi desenvolvido com base nas demonstrações financeiras de 50 empresas não financeiras cotadas no Reino Unido na FTSE 100.

Os resultados mostram que o tratamento do goodwill, teve maior efeito no lucro das empresas no período de transição resultando da diferença entre a IFRS e o UK GAAP. Foi possível aferir que este efeito nos lucros das empresas está relacionado com a aplicação do teste de imparidade ao goodwill em substituição a amortização.

Desta feita no quadro 3 apresentamos um breve resumo dos estudos, sobre a importância das normas IFRS para o mundo concretamente a IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Tabela 3- Síntese dos estudos empíricos sobre a divulgação da IFRS 3- Combinações de Negócios

Autores	Objetivo	Amostra	Tipo de estudo
Aghimieu et al. (2014)	Distinguir o método de compra e da aquisição em combinações de negócios.	Demonstrações financeiras da CTS corporation.	
Baboukardos & Rimmel (2013)	Enriquecer o tratamento contabilístico ao goodwill.	76 Empresas Gregas cotadas na ASE.	Empírico
Barros & Rodrigues (2014)	Análise das normas Brasileiras referentes as combinações de negócios e ativos intangíveis.	70 Empresas Brasileiras cotadas Ibovespa em 2011.	Empírico
Cavalinhos (2013)	Estudar como e divulgado e reconhecido o goodwill.	33 Empresas Portuguesas listadas na Euronext Lisboa em 2011.	Empírico
Fernandes & Lourenço (2015)	Análise sobre o nível de conformidade dos requisitos da IFRS 3, e se estes requisitos são influenciado pelos membros do conselho das empresas.	65 Empresas Brasileiras cotadas no período de 2012 a 2013	Empírico
Glaum et al. (2013)	Análise dos níveis de divulgação da IFRS 3 e a IAS 36	17 Países da Europa.	Empírico
Hamberg & Beishand (2014)	Examinar os efeitos do valor de relevância das variações da contabilidade no goodwill na U.E.	Empresas Suecas	Empírico
Hamberg et al. (2011)	Referenciar as consequências contabilísticas sobre adoção da IFRS 3 e saber qual a reação da bolsa de valores.	Empresas listadas na SSE.	Empírico
Lucas (2011)	Analisar as características das empresas e dos países, que influencia o nível de cumprimento das normas.	Empresas cotadas na U.E.	Empírico
Nakayama & Salotti (2014)	Divulgar informações sobre combinações de negócios no Brasil com entrada do normativo brasileiro em vigor.	40 Empresas Brasileiras que divulgaram operações de combinações de negócios.	Empírico
Paugam et al. (2015)	Análise das reações dos investidores, nas informações referente as combinações de negócios de acordo ao preço de compra das alocações.	308 Operações referente a combinações de negócios nos U.S.A de 2002 a 2011.	Empírico
Stenka et al. (2008)	Efeitos que teve as empresas do Reino Unido a adotarem as IFRS.	50 Empresas Britânicas cotadas na FTSE 100.	Empírico

Shalev (2009)	Relacionar os níveis de divulgação de combinações de negócios e o desempenho das adquirentes.	46 Empresas não financeiras do U.S.	Empírico
Melo et al. (2012)	Análise sobre os efeitos económicos e financeiros, das combinações de negócios.	3 Empresas Brasileiras.	Empírico
Toigo et al. (2014)	Avaliar os accruals discricionários nos períodos pré e pós combinação de negócios no Brasil.	32 Empresas listadas na Ibovespa.	Empírico

Fonte: Elaboração Própria

Síntese dos estudos sobre as combinações de negócios.

Da análise dos estudos apresentados concluímos que, os ajustes decorrentes da alteração do tratamento contabilístico do goodwill, mostrou um impacto significativo afetando significativamente os resultados das empresas.

E sobre os determinantes que influenciam, o nível de divulgação das informações sobre as combinações de negócios os estudos apontam que o tamanho da empresa, o tipo de auditor, tamanho do mercado de capitais, o sistema jurídico, rentabilidade dos ativos e a formação dos gestores no exterior do país, são os influenciadores que afetam o cumprimento de divulgação das empresas.

Embora o tratamento contabilístico do goodwill ter um impacto significativo nos resultados das empresas, ficou comprovado dos estudos existir uma complexidade sobre a temática do goodwill, devido os diferentes tratamentos contabilísticos que o mesmo é alvo. É um elemento que transmite informações relevantes para os investidores, porem o tratamento dado ao goodwill representa um efeito nos lucros das empresas.

Concluimos que a norma IFRS 3 é importante para as combinações de negócios, porque com ela é possível aumentar a confiabilidade e ter o carácter comparável das ações que uma entidade prevê nas suas demonstrações financeiras e quais os efeitos que daí possa surgir.

1.4 Harmonização contabilística na África do Sul

Neste subponto, iremos fazer uma abordagem ao processo de harmonização na África do Sul.

Com o advento das alterações económicas que os países tendem a sofrer resultante da globalização, fenómeno que tem influenciando muitos países a adoção das normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo IASB.

Em África há uma recente vaga de países que passaram adotar as IFRS desde o final dos anos 90 e principio dos anos 2000 como indica, Atsunyo et al. (2017) mostrando que o Uganda e o Quênia adotaram as IFRS em 1998 e 1999 respectivamente. Nos anos subsequentes uma lista de países, a saber: Malawi e as Maurícias em 2001, Botsuana em 2003, Tanzânia em 2004, África do Sul em 2005, Gana em 2007, Ruanda e Zâmbia em 2008, Serra Leoa em 2009, Argélia e Moçambique em 2010, e finalmente Suazilândia e Nigéria em 2012, também adotaram as normas IFRS.

Desde 1971 que o sistema contabilístico da África do Sul começa a sofrer transformações, ganhando posteriormente um impacto legislativo por parte das entidades reguladoras das políticas contabilísticas, que de acordo os pontos desenvolvidos no mesmo normativo as demonstrações financeiras tinham de ser elaboradas de acordo com os princípios geralmente aceites Sul-africanos, conforme (Coetzee & Schmulian, 2013).

De referir que o sistema contabilístico Sul-africano se enquadra no grupo common-law, conforme (Nobes et al. 1997), possuindo uma estrutura baseada no direito em usos e costumes, ou seja, é um direito consuetudinário, direito comum que não passa por um processo de criação de leis, sendo aplicadas soluções específicas para cada situação, sendo a África do Sul uma antiga colônia Britânica.

Na África do Sul as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) são requeridas para todas as empresas nacionais ou estrangeiras, com títulos negociáveis na bolsa de valores de Joanesburgo (JSE- Johannesburg Stock Exchange) desde janeiro de 2005, com a promulgação da circular 7/2004, provocando algumas alterações no sistema contabilístico Sul Africano.

Com a promulgação desta circular 7/2004, desenvolvida pela entidade reguladora dos princípios e práticas contabilísticas sul-africana, convergindo as normas

internacionais de contabilidade ou normas internacionais de relato financeiro IAS/IFRS com os SA GAAP, ficou evidenciado algumas diferenças entre as IAS/IFRS e os SA GAAP, diferenças estas que foram de pequenas relevâncias, a saber: assuntos sobre as diferenças editoriais, relação entre as datas de aplicação das IAS/IFRS e os requisitos de divulgação, que na África do Sul seria implementada isto de acordo a circular de 2003 da Saica, podendo as empresas cotadas apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo os SA GAAP ou as IAS/IFRS.

No entanto o processo de implementação das normas internacionais de contabilidade na África do Sul, de acordo Kinsey (2006), iniciou em meados dos anos 90 com a convergência das SA GAAP as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS).

Este processo de convergência as normas internacionais de contabilidade na África do Sul, teve períodos marcantes para os profissionais de contabilidade sul-africanos. Um dos quais foi em fevereiro de 2010, quando a bolsa de valores de Joanesburgo (JSE- Johannesburg Stock Exchange) obriga todas as empresas cotadas na bolsa de valores, a cumprirem com o código Rei III. De referir que é um documento onde se encontra estipulado às práticas de dirigir ou regular as empresas também conhecido como corporate governance.

Sherman e Klerk (2015), argumentam que este processo de harmonização das normas contabilística na África do Sul, teve efeitos satisfatórios nas empresas cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo (JSE), desde 1 de janeiro de 2005 levando as mesmas apresentarem os seus relatórios financeiros em conformidade as IAS/IFRS.

Assim, durante 2011 o APB a fim de reduzir os encargos com a emissão de uma nova IFRS ou revisão das anteriores com os SA GAAP, retira os SA GAAP, resultando a não utilização dos SA GAAP nos relatórios financeiros das empresas sul-africanas desde 1 de dezembro de 2012, conforme (World Bank 2013), levando o FRSC a excluir o normativo AC 150 o normativo Sul-africano onde os princípios sobre as Combinações de Negócios eram descritos, após entrada em vigor.

No entanto, a profissão contabilística na África do Sul é estável, sendo o mercado sul-africano possuir 12 organizações profissionais de contabilidade reconhecidas quer internamente como externamente, que mostram grandes contributos para o desenvolvimento da profissão, sendo 4 delas reconhecidas na IFAC.

Como forma de reduzir as preocupações advenues do paradigma da harmonização das IFRS, em agosto de 2014, é realizada na África do Sul pela Saica e a IFRS Foundation uma conferência internacional em Joanesburgo. A temática abordada foi Understand the future of global financial reporting, presidida por: Ian Mackintosh, vice-presidente do IASB, e outros membros do IASB como: Stephein Cooper, Patrick Finnegan, Wei-Guo Darred Scott e outros.

No entanto o processo de harmonização veio ser comprovado com alguns estudos, desenvolvidos para clarificar, a qualidade das informações contabilísticas após adoção das normas IAS/IFRS pela África do Sul. Ames (2013), defende não existir uma significância estatística entre a gerência e a adoção das IFRS, mostrando ainda algumas alterações nos balanços das empresas base de sua amostra. Conclui afirmando existir uma melhoria na qualidade das informações contabilísticas presentes nos relatórios de contas das empresas sul-africanas.

Já Sherman e Klerk (2015), defendem que adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade pelas empresas cotadas na África do Sul, não estar associada aos investimentos ou participações estrangeiras. Conclui que a JSE tem ostentado uma posição primordial no continente Africano, levando um número considerável de investidores apostarem as suas carteiras de negócios na África do Sul em especial alguns mercados africanos fornecendo as empresas um capital necessário para realizar negócios.

2 Metodologia

Por forma a que se perceba todo o processo utilizado na presente investigação neste capítulo, é descrito a amostra para concretizarmos com o objetivo deste estudo. Posteriormente a recolha dos dados e por fim abordagem sobre as variáveis do estudo, ou seja, a variável dependente e as variáveis independentes.

2.1 Amostra

Tendo como principal objetivo, identificar os determinantes de divulgação de informação, recomendado pela IFRS 3- Combinações de Negócios, a amostra é constituída por empresas não financeiras cotadas na JSE (Johannesburg Stock Exchange), constituída por 30⁴, totalizando 96 observações, conforme o período temporal em estudo 4 anos (2012 a 2015).

Como se pode observar na tabela 4, da população do nosso estudo foram excluídas 11 empresas por serem instituições financeiras⁵ e seguradoras, a saber: (Barclays Africa, Discovery Holding Limited, FirstRand Limited, Investec Plc, Investec Limited, Nedbank Group Limited, Old Mutual Plc, Reinet Investments S.C.A., RMB Holdings Limited, Sanlam Limited, Standard Bank Group Limited), para que a amostra torna-se mais consistente e por elas possuírem uma regulamentação específica. Foi também excluída uma empresa, por falta de dados na base de dados neste contexto, a amostra final ficou composta por 30 empresas, não financeiras cotadas na JSE.

Tabela 4-Amostra

Empresas cotadas na JSE de 2012 a 2015- 42
Instituições financeiras – 11
Instituições sem informações divulgadas-1
Total da amostra = 30

⁴ Ver apêndice 1

⁵ As instituições financeiras apresentam um sistema contabilístico diferente das restantes empresas e específico para este tipo de instituições

2.2 Recolha dos Dados

Na recolha dos dados usamos a análise dos conteúdos das demonstrações financeiras, contidas nos relatórios de contas de cada empresa que compõe a população do estudo, durante o período de 2012 a 2015, para proceder à análise dos referidos documentos consultamos a página da Internet da JSE.

A partir do site da bolsa de valores de Joanesburgo (JSE) foram retirados os relatórios de contas das empresas cotadas. De salientar que dos relatórios, extraiu-se as informações para elaboramos um ID (índice de divulgação) sobre Combinação de Negócios para medir a informação divulgada. E os valores contabilísticos foram retirados da base de dados Thomson worldscope.

2.3 Variáveis

2.3.1 Variável dependente

Para descrever esta variável, foi necessário estudar a IFRS 3 – Combinações de Negócios, que estipula as regras para combinações de negócios exigíveis para empresas adquirentes. Focamos os parágrafos 59 e 61, do normativo supracitado. Nesses parágrafos é exigido que as empresas divulguem informações que causaram efeitos, resultante de combinação de negócio em suas demonstrações financeiras, que ocorrem durante o período de relato e após este período, mais antes das demonstrações financeiras serem aprovada pela assembleia da empresa.

Especifica também que as combinações de negócios, devem ser registadas de acordo o método da aquisição. E na data em que adquirente, obtém o controlo do negócio resultante da combinação de negócio, a mesma devera reconhecer em separado do goodwill, os ativos adquiridos identificáveis, passivos assumidos ao justo valor.

A variável dependente foi efetuada através da construção de um índice de divulgação, das informações sobre combinações de negócios de acordo os parágrafos 59 e 61, de forma medir a variação do nível de informações divulgadas. É de frisar que o índice sofreu uma alteração, visto que o ponto contendo as informações sobre o goodwill negativo foi excluído do índice, porque durante análise dos relatórios de

contas das empresas do estudo empírico, a informação não foi encontrada nos relatórios das empresas que constituem a amostra.

Neste contexto o índice é composto pelos seguintes itens conforme a tabela 5.

Tabela 5- Síntese dos itens previstos na IFRS 3 para construção do índice de divulgação dos requisitos da IFRS 3

Itens
Nome e Descrição da adquirida
a) Nome da empresa adquirida
b) Descrição da adquirida
Data de aquisição
% das participações patrimoniais com direito a voto
Razões principais da combinação de negócio e a descrição da adquirente.
Descrição qualitativa do goodwill (sinergias esperadas, ativos intangíveis, etc)
Justo valor na data de aquisição
valores reconhecidos na data de aquisição para cada principal classe de ativos e passivos assumidos
o valor do goodwill que se espera que seja dedutível para efeitos fiscais
Goodwill negativo
a) Valor do ganho reconhecido
b) Rubrica da dem. Res. Onde foi reconhecido
c) Descrição das razões que originaram o ganho
Quando a adquirente detém menos de 100%
d) Valor da participação que não se controla reconhecida na data de aquisição
Combinações de negócios por etapas
e) o justo valor na data de aquisição da participação financeira na adquirida detida pela adquirente antes da data de aquisição
f) o valor de qualquer ganho ou perda resultante da remensuração do justo valor da participação financeira da adquirida
g) Rubrica da demonstração de resultados onde esse ganho ou perda foi reconhecido
Outras informações
h) Valores da receita, lucros e perdas da adquirida desde a data de aquisição incluídos na dem. Resultados
h1) receita, lucros e perdas da entidade combinada para o período corrente, como se a data de aquisição de todas as combinações de negócios ocorridas durante o ano tivessem ocorrido durante o início do relatório
h2) Se esta divulgação (h2i) for impraticável a entidade deve divulgar esse facto e explicar as razões

Após a leitura das notas das demonstrações financeiras consolidadas das empresas da amostra do estudo, constatamos o cumprimento de divulgação dos itens referente a IFRS 3. E para apurar o valor do índice de cumprimento de divulgação das empresas, foi preenchido para cada item da tabela acima valores. Para tanto, foram utilizadas informações binárias, ou seja, valor um (1) caso a informação tenha sido divulgada e o valor zero para os itens não divulgados.

Assim a construção do índice divulgação (ID) sobre a IFRS 3-Combinações de Negócios, das empresas, teve em consideração a totalidade dos itens de divulgação e a seguinte fórmula de cálculo:

Tendo sido atribuído valor 1 caso as empresas cumpram com requisitos de divulgação da norma, 0 quando as empresas não divulgavam a informação requerida pelo normativo e a sigla N/A, não aplicável, quando as empresas não se enquadram nas divulgações exigidas no normativo. A construção do índice divulgação (ID) sobre a IFRS 3-Combinações de Negócios, das empresas, teve em consideração a totalidade dos itens de divulgação e a seguinte fórmula de cálculo:

Equação 1 - Índice de divulgação

$$\text{Índice} = [\sum_{i=1}^n di]/n \quad (1)$$

Onde:

Índice = índice de divulgação

Di = item do índice (0; 1 e N/A)

n = nº de itens

O índice permite obter a média de pontuação máxima dos itens divulgados pelas empresas, como também o mínimo que a empresa espera. Nele é refletido o total dos itens divulgados, por cada empresa do estudo, no conjunto de itens exigido pelo normativo em seus relatórios financeiros.

2.4 Variáveis Independentes

Segue uma breve explanação de todas as variáveis explicativas, consideradas e os argumentos utilizados pela literatura sobre a prática de divulgação. A escolha para nossa análise, para averiguar os determinantes de divulgação das empresas cotadas na JSE de 2012 a 2015, recaiu para: auditor, endividamento, goodwill, internacionalização, Market-to-book, rentabilidade e dimensão.

2.4.1 Empresa de auditoria

O tipo da empresa de auditoria é um determinante importante para o cumprimento das IAS/IFRS. O estudo de Cunha (2009), mostra que a empresa de auditoria não é um determinante estaticamente significativo e também não relevante para o nível de cumprimento das normas internacionais de contabilidade. Já Glaum e Street

(2003), Glaum et al. (2013) e Street e Bryant (2000), mostram nesses estudos, ser um determinante que influência o nível de cumprimento das normas internacionais de contabilidade, afirmando que basta o auditor pertencer as quatro maiores empresas que operam no ramo da prestação de serviços de auditoria em termos mundiais apelidadas como (Big 4) para os níveis de divulgação serem elevados.

Para estudo desta variável, recorreu-se a variável binária com valores de 1 quando as empresas são auditadas pelas Big 4 e 0 quando não, onde a pontuação ira influenciar o nível de divulgação.

Neste sentido, espero que a variável o tipo de empresa de auditoria seja um determinante positivo para o índice de divulgação obrigatória da IFRS 3- Combinação de Negócio, das empresas cotadas na JSE.

2.4.2 Endividamento

Esta variável pode ser entendida como, uma medida de averiguação sobre os níveis de dívidas que a empresa possui, mostrando até que ponto a empresa recorre a empréstimos de capitais alheios para aumentar os seus lucros. Refletindo uma situação perigosa para a empresa, quando tem em suas demonstrações financeiras informações de um poder de alavancagem muito elevado. O nível de divulgação está positivamente relacionado com a precisão das previsões (Hope, 2003), sendo que as informações provenientes das divulgações são uteis para os investidores.

Şenyiğit (2014), revela no estudo desenvolvido num mercado emergente que, endividamento não é um determinante significativo para divulgação das IFRS.

Espero que a variável endividamento seja um determinante negativo para o índice de divulgação obrigatória da IFRS 3- Combinação de Negócio, das empresas cotadas na JSE.

2.4.3 Goodwill

O Goodwill este rácio é calculado através do goodwill/ Total de Ativos. O peso desta variável já foi testado por autores como Fernandes e Lourenço (2015), mostrando ser um determinante para um índice de divulgação muito baixo. Glaum et al. (2013), mostram existir uma relação entre o nível de conformidade e a importância que esta

variável possui na divulgação das informações pelas empresas. E ainda o goodwill pode mostrar níveis de divulgação muitos reduzidos, quando o valor de preço de compra esta atribuído ao goodwill, (Shalev,2009).

Face ao anteriormente exposto, espera-se que a variável goodwill seja um determinante para o índice de divulgação obrigatória da IFRS 3- Combinação de Negócio, das empresas cotadas na JSE.

2.4.4 Internacionalização

Esta é uma variável que está associada com grau de divulgação das normas pelas empresas, pelo pressuposto de muitas empresas, estarem expostas nos mercados internacionais ou cotadas em várias bolsas de valores. Segundo Santos et al. (2014), no resultado do estudo mostram que dependendo do modelo a utilizar, a internacionalização pode mostrar uma influência positiva e significativa, no índice de divulgação das IAS/IFRS.

Esta variável é relatada de acordo as vendas efetuadas pelas empresas para o mercado externo.

Tendo em consideração o resultado acima descrito é esperado que na presente investigação existisse uma associação positiva entre a variável internacionalização e o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória da IFRS 3- Combinação de Negócio, das empresas cotadas na JSE.

2.4.5 Market- to- book

É o rácio que mede o valor contabilístico e o valor de mercado da empresa. Esses dados foram obtidos na base de dados Thomson wordscope. Paugam et al. (2015), afirmam que o market-to-book, ser um rácio que contribui para níveis baixos das informações de divulgação obrigatória, apesar de ser considerado um indicador que influencia as oportunidades de crescimento das empresas.

Espero que a variável Market-to-book seja um determinante significante para o índice de divulgação obrigatória da IFRS 3- Combinação de Negócio, das empresas cotadas na JSE.

2.4.6 Rentabilidade

Na literatura é evidenciado existir uma associação entre o nível de cumprimento dos requisitos divulgação obrigatória e a rentabilidade das empresas. Na sua pesquisa Owusu-Ansah (1998), mostra que a rentabilidade possui um impacto positivo no nível de cumprimento da divulgação exigíveis da amostra.

O resultado desta variável é obtido através do rácio da rentabilidade do capital próprio e Resultado Líquido, em nosso estudo os valores, foram extraídos na Thomson wordscope.

Nesta vertente espera-se que as empresas mais rentáveis da amostra do nosso estudo, possam influenciar o nível de cumprimento dos requisitos previstos na IFRS 3- Combinação de Negócio, das empresas cotadas na JSE.

2.4.7 Dimensão

Em estudos sobre cumprimento das IAS/IFRS, vários foram os autores que utilizaram esta variável independente: Fernandes e Lourenço (2015), Lucas (2011), Oliveira & Lemes (2011), Owusu-Ansah (1998), Street e Gray (2002). A dimensão da empresa, é um determinante que influencia estatisticamente a divulgação das normas de contabilidade, (Oliveira e Lemes,2011), de acordo o pressuposto, de que as empresas com maior dimensão são mais propensas na divulgação das informações. Já as empresas com menor dimensão divulgam menos as informações exigíveis pelos normativos, (Barth et al.2008).

Para medição do tamanho da empresa, foi feita a seleção dos ativos em forma logarítmica, contudo os valores foram extraídos da base de dados supracitada.

É expectante na investigação que esta variável seja um determinante, para que os resultados do estudo sejam positivos, sobre a divulgação da IFRS 3- Combinação de Negócio, das empresas cotadas na JSE.

2.5 Modelo

O presente estudo investiga os determinantes do cumprimento de divulgação obrigatória da IFRS 3- Combinações de Negócios, pelas empresas cotadas na JSE de 2012 a 2015. Para realização dos testes empíricos, que nos permitirá conhecer quais os

determinantes na divulgação e qual tipo de relação entre as variáveis independentes com a variável dependente, de acordo ao modelo apresentado:

Equação 2 -Modelos de regressão

Modelo 1-Index = $\beta_0 + \beta_1 CFO + \beta_2 Common Shareholders Equity + \beta_3 Ln total assets + \beta_4 Ln net sales + \beta_5 Net income + \beta_6 ROA + \mu_i$

Modelo 2- Index = $\beta_0 + \beta_1 CFO + \beta_2 Common Shareholders Equity + \beta_3 Ln total assets + \beta_4 Ln net sales + \beta_5 Net income + \beta_6 ROA + Ano + \mu_i$

Na seção a seguir são apresentados e discutidos os principais achados a partir das estatísticas descritivas e dos modelos econométricos aplicados.

3 Apresentação e análise dos resultados

Neste ponto são apresentados e discutidos os resultados do estudo empírico realizado tendo em conta as divulgações obrigatórias da IFRS 3- Combinações de Negócios.

Inicialmente será apresentada análise estatística, da variável dependente e das variáveis explicativas do estudo. Em seguida, apresentação dos resultados obtidos da correlação entre a variável dependente e as variáveis independentes, análise de normalidade e regressão do modelo. Para o efeito, recorreu-se ao software estatístico Gretl⁶.

3.1 Análise descritiva

Na Tabela 6 que se segue, procedeu-se análise descritiva dos dados, para facilitar o conhecimento dos resultados obtidos da amostra da presente investigação, do período em análise (2012 a 2015).

Tabela 6- Análise descritiva dos dados

Variável	Obs.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Index	96	0,252697	0,147311	0,271676	0,000000	0,833333
Ln Total Assets	96	7,46122	7,79527	1,58895	0,0349736	8,50765
Roa	96	0,0915171	0,0740659	0,115224	-0,217548	0,450667
Ln net sales	96	7,59663	7,68935	0,418201	6,24762	8,30682
Cfo	96	0,143938	0,120540	0,102356	0,0137680	0,572813
Net income	96	0,0772530	0,0683252	0,0929743	-0,217548	0,354120
Commom	96	0,501251	0,492255	0,168208	0,00324220	0,921287

Fonte: Elaboração Própria

Conforme análise da tabela 6, de acordo agregação dos dados concluímos que: O cumprimento médio do Index de divulgação dos itens previstos pela IFRS 3 é de 25%. Todavia o índice de divulgação varia num intervalo compreendido entre os 0% e os 83% respetivamente, o que reflete a variabilidade entre o desvio padrão e a média.

O valor da média de divulgação do presente estudo mostra-se muito baixo comparando a valores de estudos desenvolvidos em países cujas economias se

⁶ Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library

encontram em desenvolvimento: (Fernandes e Lourenço,2015), 68,7% e (Şenyiğit, 2014) 98,3%.

Um das causas para explicação deste resultado deve-se, que após análise dos relatórios de contas das empresas que constituem a amostra do estudo, se ter verificado que uma boa parte das empresas da amostra, divulgarem com maior frequência, os primeiros itens previstos na IFRS 3- Combinações de Negócios.

Em relação ao Ln total assets, apresenta uma média de 7%, sendo o mínimo de 3%, máximo de 9% e o desvio padrão de 2%.

No que toca ao ROA valor que ilustra a rentabilidade, as empresas do estudo apresentam um valor médio 0,9%, valor que ilustra a rentabilidade negativa das empresas da amostra.

A variável Ln net sales obteve um valor médio de 8%, variando entre 6% a 8% respetivamente.

As variáveis Common shareholders e Net income indicam médias de 50% e de 7% respetivamente.

3.2 Análise de correlação entre as variáveis

Na tabela 7, que se segue é apresentada a matriz de correlação entre as variáveis do modelo. A medida de correlação apresentada para as variáveis é o coeficiente de correlação de Pearson. O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida de associação linear entre variáveis quantitativas variando entre -1 e 1, e quanto mais próximo estiver dos valores extremos tanto maior é a associação linear.

Esta análise tem por objetivo identificar as inferências entre as variáveis.

Tabela 7- Matriz de correlação

	Index	Ln total assets	Roa	Ln net sales	Cfo	Net income	Commom
Index	1	0,097	-0,107	0,002	-0,140	-0,056	-0,121
Ln total assets	0,097	1	- 0,644**	-0,032	-0,030	-0,048	0,093
Roa	-0,107	- 0,644**	1	0,037	0,538**	0,781**	0,011
Ln net sales	0,002	-0,032	0,037	1	0,153	-0,077	-0,318**
Cfo	-0,140	-0,030	0,538**	0,153	1	0,701**	-0,118
Net income	-0,056	-0,048	0,781**	-0,077	0,701**	1	0,086
Commom	-0,121	0,093	0,011	-	-0,118	0,086	1

0,318**

Elaboração Própria

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Conforme a análise da tabela 7, podemos verificar algumas correlações entre a variável dependente e as variáveis independentes, apesar de serem correlações negativas. No que toca a correlação entre a variável dependente e as variáveis independentes podemos observar a existência de correlações negativas entre o índice com as seguintes variáveis explicativas (Roa, Cfo, Net income e Common).

Pelo contrário podemos observar uma correlação positiva entre o Index e o Ln total assets.

Já entre as variáveis independentes, é possível observar a existência de correlações fracas e negativas entre as mesmas. Por sua vez, pode-se observar a existência de correlações positivas entre Cfo e Ln net sales; Ln total assets e Common; Roa e Cfo e Roa e Net income.

Podemos concluir de modo geral, que as correlações entre as variáveis são fracas, e que a variável explicativa que se encontra mais correlacionada com o Índice (índice) de divulgação da amostra é a variável Ln total assets, apesar de mostrar uma correlação fraca.

3.3 Regressão

Para modelar a relação existente entre a variável dependente e as variáveis explicativas propostas para o estudo, recorreremos à regressão linear múltipla, através do método OLS. Para análise teve-se em conta duas fases. Na primeira foi analisado o modelo sem considerar a variável dummy (Ano), em seguida modelou-se com a variável dummy (Ano).

Tabela 8- Resultados do modelo de regressão sem a variável dummy

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>rácio-t</i>	<i>valor p</i>	<i>VIF</i>
constante	0,524127	0,560253	0,9355	0,35205	
Ln totalAssets	-0,043023	0,0746283	-0,5765	0,56573	30,405
Roa	-1,41118	1,62981	-0,8659	0,38890	79,665
Ln net sales	0,036595	0,0883573	0,4142	0,67975	1,861
Cfo	-0,760131	0,40506	-1,8766	0,06385*	2,366
Net income	1,80728	1,68611	1,0719	0,28668	51,657
Common	-0,25832	0,162913	-1,5856	0,11637	1,209
R2	0,064588				
R2 Ajustado	0,001527				
F(6, 89)	1,024208			0,414931	
Durbin-	1,142364				

Watson	
Nº	96
observações	

Fonte: Elaboração Própria

Conforme os resultados apresentados na tabela acima, podemos concluir que as variáveis Ln net sales e Net income são determinantes que relacionam positivamente o grau de cumprimento de divulgação da IFRS, das empresas cotadas na JSE de 2012 a 2015.

O modelo assume um coeficiente de determinação ajustado de 0,001527, evidenciando o poder explicativo das variáveis independentes de 0,15 do índice de divulgação da IFRS 3- Combinações de Negócios, das empresas da amostra.

Para aferir a detecção de multicolinearidade recorreu-se ao teste de inflação da variância (VIF). De acordo os resultados do teste VIF, são possíveis observar a existência de problemas de colinearidade em algumas variáveis independentes do modelo, visto que os seus valores se encontram acima de 10.

Através da análise do teste de F podemos afirmar que o modelo não é estatisticamente significativo, conforme os resultados do teste $F = 1,024208$ e um $p\text{-value} < 0,05$, que não corresponde conforme o nível de significância de 5%.

Segue tabela com a inclusão da variável dummy (Ano) ao modelo:

Tabela 9- Resultados do modelo de regressão com a variável dummy

	Coeficiente	Erro Padrão	rácio-t	valor p	VIF
constante	171,173	49,023	3,4917	0,00075	
Ln total assets	-0,0338522	0,0777788	-0,4352	0,66446	30,429
Ro	-1,23999	1,69691	-0,7307	0,46689	79,710
Ln net sales	0,0588607	0,0882145	0,6672	0,50636	1,871
Cfo	-0,859278	0,389508	-2,2061	0,02998	2,378
Net income	1,51732	1,75287	0,8656	0,38905	51,742
Common	-0,214027	0,190753	-1,1220	0,26491	1,215
Ano	-0,0848708	0,024358	-3,4843	0,00077	1,066
R2	0,180229				
R2 Ajustado	0,115020				
F(6, 89)	2,763859			0,012094	
Durbin-Watson	1,208587				

Nº 96

observações

Fonte: Elaboração Própria

Após averiguação dos resultados do modelo com inclusão de uma variável dummy (Ano), os valores do coeficiente de determinação ajustado e as variáveis Ln net sales e Net income sofrem alterações. Apesar dessas alterações nos resultados ficou

comprovado que apesar da inclusão da variável dummy (Ano), esta contribui para o nível de significância do modelo.

Com a inclusão da variável dummy (Ano), o modelo assume um coeficiente de determinação ajustado de 0,115020, evidenciando o poder explicativo das variáveis independentes de 11% do índice de divulgação da IFRS 3- Combinações de Negócios, das empresas da amostra.

Com a inclusão da variável (Ano) ao modelo, podemos concluir que o modelo é estatisticamente válido e significativo. Uma vez que o teste de F assume valores de 2,763859 e um $p\text{-value} = 0,012094$, resultados diferentes em relação ao modelo anteriores que não possui a variável dummy Ano.

Neste caso é possível aceitar a existência de variáveis independentes no modelo que assumem valores diferentes de zero.

Os resultados de multicolinearidade do modelo com a inclusão da variável dummy mostrou algumas alterações ao mesmo.

Ainda com introdução ao modelo da variável dummy ficou registado os problemas de colinearidade nas variáveis independentes do estudo empírico.

Conclusões limitações e investigações futuras

Conclusões

O cumprimento das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS promulgadas pelo IASB, pelas empresas cotadas tem sido um tema que tem despertado os organismos de harmonização contabilística, profissionais e académicos em todo o mundo.

Com desenvolvimento internacional que ocorrerem ao nível da harmonização contabilística repercutiram-se na evolução do sistema contabilístico Sul-Africano, situação que carece de mais estudos científicos sobre tudo no continente Africano, cuja pertinência ficou demonstrada nesta investigação.

O objetivo deste estudo foi o de identificar os principais determinantes que influenciam o cumprimento com as divulgações exigidas pela IFRS 3- Combinações de Negócios, pelas empresas cotadas na bolsa de valores da África do Sul (JSE – Johannesburg Stock Exchange),

Para tal, a metodologia utilizada consistiu na construção do índice de divulgação a partir dos parágrafos divulgativos da IFRS 3- Combinações de Negócios, informações recolhidas dos relatórios de contas da empresa e da base de dados. Posteriormente relacionou-se o índice de divulgação com diversas variáveis explicativas (auditor, dimensão, endividamento, goodwill, internacionalização, market-to-book e rentabilidade).

Foi possível observar da análise descritiva do estudo, que o nível de cumprimento com a divulgação exigida pela IFRS 3- Combinações de Negócios, pelas empresas cotadas na bolsa de valores da África do Sul (JSE – Johannesburg Stock Exchange) para o exercício de 2012 á 2015 é de 25%, podemos concluir que esta percentagem ser muito baixo em comparando com outros estudos desenvolvidos em países em desenvolvimento como: (Fernandes & Lourenço,2015), 68,7% e (Şenyiğit, 2014) 98,3%.

Da análise da matriz de correlação foi encontrada uma associação, estatística entre o Index de divulgação e a variável explicativa Ln total assets (dimensão). Contrariamente ao esperado, as restantes variáveis independentes do nosso estudo não apresentaram resultados estatisticamente significativos.

Os resultados do modelo de regressão, são controversos visto que o modelo sem a variável dummy não é estatisticamente significativa, já com inclusão da variável dummy (Ano) ao modelo ficou comprovado que o mesmo apresenta uma significância estatística. E que as variáveis Ln net sales e Net income são determinantes estatisticamente significantes sobre o índice de divulgação da IFRS 3-Combinação de Negócio das empresas cotadas na África do Sul, valores diferentes obtidos nos resultados da análise descritiva e correlação das variáveis.

Nosso estudo contribuirá quer para a literatura, mostrando com os resultados o determinante do cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória das empresas cotadas na bolsa Sul-africana, como também para os investigadores, profissionais de contabilidade, académicos e principalmente aos stakeholders, facilitando os mesmos a entenderem os determinantes que influenciam o nível de divulgação dos requisitos previstos na IFRS 3- Combinações de Negócios.

Limitações do estudo

Uma das principais limitações deste estudo está centrada, no número reduzido da amostra por considerarmos apenas as empresas não financeiras cotadas na bolsa de Joanesburgo, não alargando o estudo para as restantes empresas que constituem o tecido empresarial Sul-africano.

Investigações futuras

Da revisão de literatura efetuada e do estudo empírico realizado, considera-se pertinentes as seguintes investigações futuras:

O alargamento deste estudo a empresas financeiras cotadas no mercado Sul Africano, de forma a obter a perspectiva financeira deste estudo.

Seria importante realizar uma análise comparativa entre países com modelo Anglo-Saxónico e países com Modelo Continental, de forma a comparar-se as diferenças obtidas no grau de cumprimento com as exigências de divulgação contida na norma.

Analisar a divulgação de informação do goodwill pelas empresas cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo (JSE).

Também seria interessante alargar o estudo para outras normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), em vários países do continente Africano em especial na região da SADC.

Referências Bibliográficas

- Abdul-Baki, Z. Uthman, A. B. & Sanni, M. (2014). *Financial Ratios as Performances Measure: A Comparison of IFRS and Nigeria GAAP*. Accounting and Management Informations Systems, 13(1), 82-97.
- Aghimien, P., Asiri, A. A., & Yamani, A. G. (2014). *Accounting for Business Combinations: Application of Rules from IFRS, Saudi Arabia and U.S.A.* International Journal of Business, Accounting and Finance, 8(1).
- Ames, D. (2013). *IFRS Adoption and Accounting Quality: The Case of South Africa*. Journal of Applied Economics and Business Research, 3 (3), 154-165.
- Armstrong, C. S., Barth, M. E., Jagolinzer, A.D., & Riedl, E. J. (2010). *Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe*. The Accounting Review, 85 (1), 31-61.
- Atsunyo, W., Gatsi, J. G. & Frimpong-Manson, E. (2017) *The success of IFRS in Africa: Comparative evidence between Ghana and Kenya*. European Journal of Business, Economics and Accountancy, 5(1), 46-56.
- Aubert, F., Grudnitski, G. (2011). *The impact and Importance of Mandatory Adoption of International Financial Reporting Standards in Europe*. Journal of International Financial Management and Accounting, 22 (1).
- Baboukardos, D., & Rimmel, G. (2014). *Goodwill under IFRS: Revelance and Disclosures in an Unfavorable Environment*. Accounting Forum, 38, 1-17.
- Barlev, B., & Haddad, J. R. (2007). *Harmonization, Comparability, and Fair Value Accounting*. Journal of Accounting, Auditing e Finance, 493-509.
- Barniv, R. R., & Myring, M. (2014). *How Would the Differences Between IFRS and U.S. GAAP Affect U.S. Analyst Performance?* Journal Account Public, 34, 28-51.
- Barros, T. S., & Rodrigues, A. M. G. (2014). *Concentração de Atividades Empresariais: Uma análise das Combinações de Negócios e dos Ativos Intangíveis no Brasil*. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, 4(2).
- Barth, M. E., Landsman, W., & Lang, M.H. (2008). *International Accounting Standards and Accounting Quality*. Journal of Accounting Research, 46(3), 467-498.
- Barth, M. E., Landsman, W.R., Lang, M., & Williams, C. (2012). *Are IFRS-Based and U.S. GAAP-Based Accounting Amounts Comparable?* Journal of Accounting and Economics, 54, 68–93.

- Barth, M. E., Landsman, W.R., Young, D., & Zhuang, Z. (2014). *Relevance of Differences Between Net Income Based on IFRS and Domestic Standards for European Firms*. Journal of Business Finance & Accounting, 41(3).
- Beneish, M. D., Miller, B.P., & Yohn, T. L. (2014). *Macroeconomic Evidence on the Impact of Mandatory IFRS Adoption on Equity and Debt Markets*. Journal Account. Public Policy, 34, 1-27.
- Bova, F., & Pereira, R. (2012). *The Determinants and Consequences of Heterogeneous IFRS Compliance Levels Following Mandatory IFRS Adoption: Evidence From a Developing Country*. Journal of International Accounting Research, 11(1), 83-111.
- Cameran, M., Campa, D., & Pettinicchio, A. (2014). *IFRS Adoption Among Private Companies: Impact on Earnings Quality*. Journal of Accounting Auditing & Finance, 29 (3), 278-305.
- Cavalinhos, P. C. N. (2013). *O Impacto do Goodwill nos Resultados*. Tese Apresentada Escola Superior Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal para Obtenção do Grau de Mestre, orientada por Francisco Carreira, Setúbal.
- Chebaane, S., & Othmanb, H.B. (2014). *The Impact of IFRS Adoption on Value Relevance of Earnings and Book Value of Equity: The Case of Emerging Markets in African and Asian Regions*. Procedia - Social and Behavioral Sciences, 145, 70-80.
- Christensen, H. B., Lee, E., Walker, M., & Zeng, C. (2015). *Incentives or Standards: What Determines Accounting Quality Changes Around IFRS Adoption?* European Accounting Review, 24 (1), 31-61.
- Coetzee, S. A., & Schmulian, A. (2013). *The Effect of IFRS Adoption on Financial Reporting Pedagogy South Africa*. American Accounting Association, 28 (2), 243-251.
- Comissão Europeia (2002), Regulamento 1606/2002 relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, Jornal Oficial L 243 de 11.9.2002, pp. 1-4.
- Cunha, P. R. C.D. (2009). *O Grau de Cumprimento com os Requisitos Previstos na IAS 16: Estudo das Empresas Cotadas em Espanha*. Tese Apresentada ao Departamento de Contabilidade do Instituto Universitário de Lisboa para Obtenção do Grau de Mestre, orientada por Ana Isabel Morais, Lisboa.

- Daske, H., Hail, L., Leuz, C. & Verdi, R. (2008). *Mandatory IFRS Reporting Around the World: Early Evidence on the Economic Consequences*. Journal of Accounting Research, 46, 1085-1142.
- Daske, H., Hail, L., Leuz, C., & Verdi, R. (2012). *Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences Around IAS/IFRS Adoptions*. Journal of Accounting Research, 51(3), 495-547.
- Delcours, N., & Huff, K. (2014). *Determinants of IFRS Voluntary Adoption in Emerging and Frontier Markets*. Review of Business, 36, (1), 43-54.
- Demir, V., & Bahadır, O. (2014). *An Investigation of Compliance with International Financial Reporting Standards by Listed Companies in Turkey*. Accounting and Management Information Systems, 13(1), 4-34.
- Ding, Y., Hope, O., Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2007). *Differences Between Domestic Accounting Standards and IAS: Measurement, Determinants and Implications*. Journal of Accounting and Public Policy, 26, 1-38.
- Dye, R., A. (1985), *Disclosure of nonproprietary information*. Journal of Accounting Research 23(1), 123-145.
- Ebrahim, A. (2014). *IFRS Compliance and Audit Quality in Developing Countries: The Case of Income Tax Accounting in Egypt*. Journal of International Business Research, 13(2), 19-37.
- Fernandes, S.R.B., & Lourenço, I.C. (2015). *Education of Board Members and IFRS Disclosure Compliance: Empirical Evidence from Brazil*. European Accounting Association.
- Florou, A., & Pope, P.F. (2012). *Mandatory IFRS Adoption and Institutional Investment Decisions*. The Accounting Review, 87(6), 1993-2025.
- Gelb, D. S., & Zarowin, P. (2002). *Corporate Disclosure Policy and the Informativeness of Stock Prices*. Review of Accounting Studies, 7, 33-52.
- Ghio, A., & Verona, R. (2015). *Accounting Harmonization in the BRIC Countries: A Common Path?* Accounting Forum, 39, 121-139.
- Glaum, M., & Street, D.L. (2003). *Compliance with the Disclosure Requirements of Germany's New Market: IAS Versus US GAAP*. Journal of International Financial Management and Accounting, 14(1), 64-100.

- Glaum, M., Schmidt, P., Street, D. L., & Vogel, S. (2013). *Compliance With IFRS 3- and IAS 36-Required Disclosures Across 17 European Countries: Company- and Country-Level Determinants*. *Accounting and Business Research*, 43 (3), 163-204.
- Hamberg, M., & Beisland, L.-A. (2014). *Changes in the Value Relevance of Goodwill Accounting Following the Adoption of IFRS 3*. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 23, 59-73.
- Hamberg, M., Paananen, M., & Novak, J. (2011). *The Adoption of IFRS 3: The Effects of Managerial Discretion and Stock Market Reactions*. *European Accounting Review*, 20 (2), 263-288.
- Haverty, J. (2006). *Are IFRS and US GAAP Converging? Some Evidence from People's Republic of China companies Listed on the New York Stock Exchange*. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 15, 48-71.
- Hodgon, C., Tondkar, R.H., Harless, D.W., & Adhikari, A. (2008). *Compliance With IFRS Disclosure Requirements and Individual Analysts' Forecast Errors*. *Journal of International Accounting Auditing and Taxation*, 17, 1-13.
- Hope, O-K. (2003). *Disclosure Practices, Enforcement of Accounting Standards, and Analysts' Forecast Accuracy: An International Study*. *Journal of Accounting Research*, 41(2).
- Horton, J., Serafeim, G., & Serafeim, I. (2013). *Does Mandatory IFRS Adoption Improve the Information Environment?* *Accounting Research*, 30(1), 388-423.
- IFRS Foundation (2008), Norma Internacional de Relatório Financeiro 3- Combinações de Negócios.
- Kinsey, J. P. (2006). *Developing Countries Converging with Developed-Country Accounting Standards: Evidence from South Africa and Mexico*. *The International Journal of Accounting*, 41, 141-162.
- Lemes, S., Carvalho, L. N. G. De. & Lopes, L. C. O. (2009). *Comparabilidade entre o Resultado em BR GAAP e US GAAP: Evidências das Companhias Brasileiras Listadas nas Bolsas Norte-Americanas*. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 25-45.
- Lourenço, I. M. E. C., & Branco, M.E. M. d. A.D.C. (2015) *Main Consequences of IFRS Adoption: Analysis of Existing Literature and Suggestions for Further Research*. *Revista Contabilidade & Finanças USP, São Paulo*, 26 (68), 126-139.

- Lucas, S. M. R. (2011). *The Effect of Firm and Country Characteristics on Mandatory Disclosure Compliance*. Tese Apresentada ao Departamento de Contabilidade do Instituto Universitário de Lisboa para Obtenção do Grau de Mestre, orientada por Isabel Costa Lourenço, Lisboa.
- Machado, M.C., & Nakao, S.H. (2014). *Influência das Diferenças Culturais, Económicas e Sociais na Adoção das IFRS*. Revista Universo Contabil, 10 (1), 104-125.
- Melo, I. C. A., Tinoco, J. E. P., & Yoshitake, M. (2012). *Combinação de Negócios no Brasil em Empresas de Capital Aberto no período de 2005 a 2008: Identificação dos Impactos nas Demonstrações Financeiras*. ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia, 4 (1), 23-46.
- Michelli, A. (2009). *Accounting Harmonization and Compliance in Applying IASB Standards: An Empirical Survey About the First Time Adoption of IAS 7 by Italian Listed Groups*. Accounting in Europe, 6 (2), 231-270.
- Nakayama, W. K., & Salotti, B.M. (2014). *Determining Factors of the Level of Disclosure of Information on Business Combinations with the Entry into Force of the Accounting Standard CPC 15*. Revista de Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, 25 (66), 267-280.
- Nnadi, M. & Soobaroyen, T. (2015). *International Financial Reporting Standards and Foreign Direct Investment: The case of Africa*. Advances in Accounting Incorporating Advances in International Accounting, 31, 228-238.
- Nobes, C., Mueller, G., Gernon, H. & Meek, G. (1997). *Accounting an International Perspective*. Chicago: Richard D. Irwin, Inc, 4th edition.
- Oliveira, V. A., & Lemes, S. (2011). *Nível de Convergência dos Princípios Contábeis Brasileiros e Norte-americanos às Normas do IASB: Uma Contribuição para a Adoção das IFRS por Empresas Brasileiras*. Revista Contabilidade e Finanças- USP, São Paulo, 22(56), 155-173.
- Owusu-Ansah, S. (1998). *The Impact of Corporate Attributes on the Extent of Mandatory Disclosure and Reporting by Listed Companies in Zimbabwe*. The International Journal of Accounting, 33(5), 605-631.
- Paugam, L., Astolfi, P., & Ramond, O. (2015). *Accounting for Business Combinations: Do Purchase Price Allocations Matter?* Journal of Accounting and Public Policy, 34(4), 362-391.

- Rajhi, M. (2014). *International Financial Reporting Standards and Level of Compliance with Mandatory Disclosure Requirements*. International Journal of Multidisciplinary Sciences and Engineering, 5 (5), 1-6.
- Ramos, L. M. (2011). *European Accounting Harmonization: Consequences of IFRS Adoption on Trade in Goods and Foreign Direct Investments*. Emerging Markets Finance & Trade, 7(4).
- Santos, E. S., Ponte, V. M. R., & Mapurunga, P.V.R. (2014). *Mandatory IFRS Adoption in Brazil (2010): Index of Compliance with Disclosure Requirements and Explanatory Factors of Firms Reporting*. Revista de Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, 25 (65), 161-176.
- Santos, M. A. C., Cavalcante, P. R. N. (2014). *Effect of the Adoption of IFRS on the Information Relevance of Accounting Profits in Brazil*. Revista de Contabilidade & Finanças-USP, São Paulo, 25 (66), 228-241.
- Sengupta, P. (1998). *Corporate Disclosure Quality and the Cost of Debt*. The Accounting Review, 73(4), 459-474.
- Şenyigit, Y., B. (2014). *Determinants of Voluntary IFRS Adoption in an Emerging Market: Evidence from Turkey*. Accounting and Management Information Systems, 13(3), 449-465.
- Shalev, R. (2009). *The Information Content of Business Combination Disclosure Level*. The Accounting Review, 84(1), 239-270.
- Sherman, T., Klerk, M. (2015). *International Financial Reporting Standards and Foreign Ownership in South Africa Companies*. Southern African Business Review, 19 (1), 72-88.
- South African Institute of Chartered Accountants. (2003). *Alignment of the Text of Statements of Generally Accepted Accounting Practice with that of International Financial Reporting Standards*.
- South African Institute of Chartered Accountants. (2004). *Status and Effective Dates of Statements of Generally Accepted Accounting Practice (GAAP) and Interpretations os Statements of Statements of GAAP*.
- Stenka, R., Ormrod, P., & Chan, A. (2008). *Accounting for Business Combinations- The Consequences of IFRS Adoption for U.K. Listed Companies*. <http://ssrn.com/abstract=1276826>, acedido em 15 de Novembro de 2015.

- Street, D. L., & Gray, S. J. (2002). *Factors Influencing the Extent of Corporate Compliance With International Accounting Standards: Summary of a Research Monograph*. Journal of International Accounting, Auditing & Taxation, 11, 51-76.
- Street, D., & Bryant, S. (2000). *Disclosure Level and Compliance with IASs: A Comparison of Companies with and Without US Listings and Filings*. International Journal of Accounting, 35(3), 305–329.
- Toigo, L., Chiarello, T., & Klann, R. (2014). *Accruals Discricionarios nas Combinações de Negócios e o Preço das Ações*. Revista Contemporânea de Contabilidade, 11(24), 65-84.
- Trabelsi, R. (2010). *Evaluating International Accounting Harmonization in an Emerging Country*. Accounting and Management Information Systems, 9(3), 354-378.
- Tsalavoutas, I. (2011). *Transition to IFRS and Compliance with Mandatory Disclosure Requirements: What is the Signal? Advances in Accounting Incorporating Advances in International Accounting*, 27, 390-405.
- Verrecchia, R., E. (1983), *Discretionary disclosure*. Journal of Accounting and Economics, 5(3), 179-194.
- Wang, C. (2014). *Accounting Standards Harmonization and Financial Statement Comparability: Evidence from Transnational Information Transfer*. Journal of Accounting Research, 52 (4), 955-992.
- Wee, M., Tarca, A., & Chang, M. (2012). *Disclosure Incentives, Mandatory Standards and Firm Communication in the IFRS Adoption Setting*. Australian Journal of Management, 39 (2), 265-1-291.
- World Bank (2013). *South Africa Report on the Observance of Standards and Codes Accounting and Auditing*.
- Zeghal, D., Chtourou, S.M., & Fourati, Y. M. (2012). *The Effect of Mandatory Adoption of IFRS on Earnings Quality: Evidence from the European Union*. Journal of International Accounting Research, 11(2), 1-25.
- Zehri, F., & Chouaibi, J. (2013). *Adoption Determinants of the International Accounting Standards IAS/IFRS by the Developing Countries*. Journal of Economics, Finance and Administrative, 18, 56-62.

Apêndice

Apêndice I- Empresas da amostra do estudo

Empresas	Sector de atividade
African Rainbow Mineral Ltd	Mineração
Anglo American Platinum	Mineração
Anglo American Plc	Mineração
Anglo Gold Ashanti Limited	Mineração
Aspen Pharmacare Holdings	Serviços de saúde
Assore Limited	Mineração
BHP Biliton Plc	Mineração
Bidvest Group Ltd	Bens de consumo
Compagnie & Financière Richemont S.A	Retalho
Exxaro Resources Limited	Mineração
Growthpoint Properties Limited	Indústria
Impala Platinum	Mineração
Imperial Holdings Limited	Indústria
Intu Properties Plc	Retalho
Kumba Iron Ore Limited	Mineração
Life Healthcare	Serviços de saúde
Medi-Clinic Corporation	Serviços de Saúde
Mondi Limited	Pastas de papéis
Mondi Plc	Pastas de papéis
Mtn Group Limited	Telecomunicações
Naspers Limited	Telecomunicações
Remgro Limited	Indústria
SAB Miller Plc	Indústria
Sasol Limited	Indústria
Shoprite Holdings Limited	Alimentos
Steinhoff Investments Holdings	Mobiliária
Tiger Brands Limited	Indústria
Vodacom Group Limited	Telecomunicações
Woolworths Holdings Limited	Retalho

Apêndice II- Tabela Síntese das variáveis independentes de investigação

Sigla	Variável	Efeito Espetável	Fonte de calculo da variável
Aud	Empresa de Auditoria	Positivo	Variável binária onde é representada por 1 quando é auditada Big 4 e 0 caso não.
Lev	Leverage (Nível de endividamento)	Negativo	Total do passivo/Total do ativo
Gw	Goodwill	Positivo	Goodwill / Total ativos
Int	Internacionalização	Positivo	Valor das vendas com o exterior / Vendas totais
M/B	Market-to-book	Positivo / Negativo	Valor de mercado da empresa/Valor contabilístico
Rent	Rentabilidade	Positivo	Resultado liquido / Capital próprio
Dim	Dimensão	Positivo	Logaritmo natural do total do ativo